

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LARISSA LUANA DA SILVA MATOS

**A MUNDIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
ECONÔMICA:** uma análise do processo de desintegração econômica no
Reino Unido sob a égide do neoliberalismo.

São Luís

2017

LARISSA LUANA DA SILVA MATOS

**A MUNDIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
ECONÔMICA:** uma análise do processo de desintegração econômica no
reino unido sob a égide do neoliberalismo.

Monografia apresentada como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências
econômicas, pela Universidade Federal do
Maranhão, Centro de Ciências Sociais, *campus*
de São Luís.

Orientadora: Profa. Dra. Danielle de Queiroz
Soares.

São Luís

2017

Matos, Larissa Luana da Silva.

A mundialização e o processo de integração econômica: :
uma análise do processo de desintegração econômica no
Reino Unido sob a égide do neoliberalismo / Larissa Luana
da Silva Matos. - 2017.

57 p.

Orientador(a): Danielle de Queiroz Soares.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís -MA, 2017.

1. Brexit. 2. Globalização. 3. Integração econômica.
I. Soares, Danielle de Queiroz. II. Título.

In Memoriam

Almir Antônio Matos Filho, Meu avô paterno.

José Maria Trancoso da Silva, Meu avô
materno.

LARISSA LUANA DA SILVA MATOS

A MUNDIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA:
uma análise do processo de desintegração econômica no Reino Unido sob a égide do neoliberalismo.

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Danielle de Queiroz Soares (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

1º Avaliador

Universidade Federal do Maranhão

2º Avaliador

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. Aos meus pais, Alexssandro Amorim Matos e Kelly Melo da Silva Matos e a minha irmã, Mikaela da Silva Matos pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Ao meu namorado, Gabriel Cantanhede Vieira, pelo apoio constante e a paciência diante da ausência.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica, em especial, a Prof.^a Dr.^a Danielle de Queiroz Soares pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pela paciência na orientação, pelas suas correções e incentivos que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos meus amigos de curso que tornaram a caminhada, ao longo desses cinco anos de graduação, mais agradável e bem humorada. Muito obrigada Aline Silva, Aloísio Lopes, Jackelayne Campos, Rafael Moraes e Thaynara Cordeiro e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

O termo globalização se popularizou na década de 80, sobretudo após a queda do muro de Berlim, em 1989. Sugere a noção que o mundo está se aproximando, baseada na ideia de um mercado único, fruto da ideologia da superação das fronteiras para comércio e investimento. Esse cenário favoreceu a formação dos acordos regionais ou dos blocos econômicos, com a transferência de poderes soberanos dos Estados membros para organizações supranacionais. Porém, após a crise financeira de 2008, os países começaram a se afastar erguendo barreiras e parecendo menos interessados nas oportunidades da globalização. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar tais conceitos através de uma breve análise da saída do Reino Unido da mais completa forma de integração, a União Europeia. Através da exemplificação do caso britânico, será levantada a questão base do estudo, a possibilidade do mundo está passando por um período de desglobalização. O caso britânico, apesar de ser um dos primeiros de grande proporção, não é um caso isolado, e sim reflexo dos sentimentos que atualmente pairam sobre as principais potências globalizadas, onde as promessas de paz, prosperidade, e em lugar disso vieram à violência, o protecionismo e a xenofobia.

Palavras-chave: Globalização, Brexit, Integração econômica.

ABSTRACT

The term globalization became popular in the 1980s, especially after the fall of the Berlin Wall in 1989. It suggests the notion that the world is approaching, based on the idea of a single market, fruit of the ideology of crossing borders for trade and investment. This scenario favored the formation of regional agreements or economic blocs, with the transfer of sovereign powers from member states to supranational organizations. However, after the 2008 financial crisis, countries began to shy away from erecting barriers and appearing less interested in the opportunities of globalization. This paper aims to demonstrate such concepts through a brief analysis of the United Kingdom's exit from the most complete form of integration, the European Union. Through the exemplification of the British case, the basic question of the study will be raised, the possibility of the world going through a period of deglobalisation. The British case, despite being one of the first of great proportions, is not an isolated case, but a reflection of the sentiments that currently hang over the main globalized powers, where the promises of peace, prosperity, conviviality of different cultures have become increasingly and instead came to violence, protectionism and xenophobia.

Key-words: Globalization, Brexit, Economic integration

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Taxa de lucros retidos e taxa de acumulação	23
Gráfico 2- Estimativas de migração internacional de longo prazo da imigração para o Reino Unido, pelo principal motivo de migração, de 2007 a 2016 (ano encerrado em dezembro de 2016)	41
Gráfico 3- Votação no Reino Unido	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Classificação da integração econômica	29
Tabela 2- Tratados constitucionais	33
Tabela 3- Últimas mudanças na migração, Reino Unido, ano encerrado em dezembro de 2015 e ano encerrado em dezembro de 2016	41
Tabela 4- Últimas mudanças na migração líquida, Reino Unido, por cidadania, ano encerrado em dezembro de 2015 e ano encerrado em dezembro de 2016	42

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Alargamento: de seis para 28.....	34
Figura 2- A zona do Euro	35
Figura 3- Crise dos refugiados	50

LISTA DE SIGLAS

BCE - Banco Central Europeu

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BREXIT - O movimento que lidera a campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia.

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE - Comunidade Económica Europeia

DES- Direito Especial e Saque

EI - Estado Islâmico

EUA- Estados Unidos da América

Euratom - Comunidade Europeia da Energia Atómica

FED - Banco central americano

FMI - Fundo Monetário Internacional

G7 - O Grupo dos Sete é um grupo internacional composto por: Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido

Nafta - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OECE- Organização Europeia de Cooperação Económica

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

RU – Reino Unido

TTIP - Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento

URSS- União Soviética

UKIP - Partido de independência do Reino Unido

UE - União Europeia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. DE BRETTON WOODS AO NEOLIBERALISMO	15
2.1-O Bretton Woods	15
2.2- A Ordem Neoliberal.....	20
3. A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O ATUAL PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS BLOCOS REGIONAIS	25
3.1 A mundialização do capital.....	25
3.2 A formação dos blocos regionais	27
3.3 A evolução do processo de integração europeu	30
3.4 O Reino Unido na União Europeia	35
3. A DESINTEGRAÇÃO DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA (BREXIT) E A DESGLOBLIZAÇÃO	37
4.1-O Brexit	37
4.2-Desglobalização	46
5- CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

A globalização, favorecida pela tecnologia e pelo acúmulo de capital, possibilitou o encurtamento de distâncias, uma vez que facilitou a circulação de conhecimento e o intercâmbio cultural entre pessoas de diversos países do mundo. Permitiu que empresas, através de economia de escalas, pudessem diminuir os custos de produção de seus produtos, pois buscavam em várias partes do mundo as melhores condições de produção, algumas chegando a fabricar seus produtos em várias etapas e em vários países. Em relação à geração de empregos beneficiou países em desenvolvimento, dado que em busca de mão-de-obra barata e qualificada, muitas empresas abriram filiais em países emergentes (China, Índia, Brasil, África do Sul, entre outros), gerando empregos nestes países.

Por outro lado, é inegável que a globalização contribuiu enormemente para o aumento da desigualdade social, com o poder e a renda encontrando-se em maior parte concentrados nas mãos de uma minoria, o que atrela a questão às contradições do capitalismo. Além disso, acusa-se a globalização de proporcionar uma desigual forma de comunicação entre os diferentes territórios, em que culturas, valores morais, princípios educacionais e outros são reproduzidos obedecendo a uma ideologia dominante. Nesse sentido, forma-se, segundo essas opiniões, uma hegemonia em que os principais centros de poder exercem um controle ou uma maior influência sobre as regiões economicamente menos favorecidas, suprimindo, assim, suas matrizes tradicionais.

Diante dessas questões, o objetivo mais geral desta dissertação é realizar uma análise descritiva e abrangente, considerando os aspectos históricos e econômicos, do processo de globalização da sua origem aos dias atuais, onde hipoteticamente, se vive um retrocesso da integração econômica global, tendo como modelo de explicação o Reino Unido.

O corpo deste trabalho se divide em três partes. O primeiro capítulo intitulado *De Bretton Woods ao Neoliberalismo* pretende discorrer sobre o acordo de *Bretton Woods*, como a partir dele se estabeleceram as diretrizes de uma nova ordem econômica global, sob a hegemonia do dólar e com a criação de instituições voltadas para tentar alcançar essa estabilidade (o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird ou Banco Mundial) até o surgimento da ordem neoliberal caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação

de mercados pelas privatizações de empresas estatais, e pelo abandono do Estado de bem-estar social.

O segundo capítulo denominado *Da mundialização do capital ao Reino Unido na EU* analisa a globalização de uma perspectiva mais realista, com a noção de que esse fenômeno que outrora era envolto em uma áurea positiva também poderia acarretar malefícios. Ainda nesse capítulo se observa o processo de integração econômica ocorrida em várias nações conforme a globalização e a ideologia neoliberal estimulavam a intensificação do comércio mundial. Os blocos econômicos foram criados com a finalidade de desenvolver o comércio de determinada região. A idéia seria criar um maior poder de compra dentro do bloco e elevar o nível de vida do povo.

A análise segue ilustrando, no terceiro capítulo, *A desintegração do reino unido da união europeia (Brexit) e a desglobalização*, o caso do Reino Unido, um país que após 43 anos de permanência realizou, em julho de 2016, um referendo optando por sair do bloco econômico mais influente do mundo, cuja união vai além do caráter econômico, sendo uma “supranacional econômica e política”. Por fim, é apresentada a questão problema sobre o futuro do processo de integração europeu e sua importância para a estabilidade do sistema internacional, diante de tantos novos desafios que têm emergido em diversas partes do globo, nas esferas de segurança, econômica e social. A globalização está chegando ao fim?

2. DE BRETTON WOODS AO NEOLIBERALISMO

*Ideas shape the course of history.-
Keynes*

As bases para o Mercado financeiro mundial foram criadas em *Bretton Woods* e as decisões lá tomadas serviram de motivações para um movimento contrário: A desregulamentação financeira, iniciada nos anos 70 e agravada na década de 90.

1.10 Bretton Woods

Em 1944, com a iminente derrota do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) na segunda guerra mundial, as nações aliadas reuniram-se na cidade de *Bretton Woods*, no Estado de New Hampshire, EUA, para decidir as bases do funcionamento da ordem econômica que prevaleceria a seguir. A conferência durou em torno de três semanas e contou com 730 delegados de 44 países. Seu principal objetivo era evitar a repetição de crises geradas pelas fortes flutuações cambiais no período entre guerras. O mundo queria fugir do caos monetário, de grandes recessões e surtos de hiperinflação — cenário capaz de facilitar a ascensão de governos autoritários.

Destacaram-se nos debates dois gigantes intelectuais: John Maynard Keynes, assessor do Ministério da Fazenda britânico, que atuou como presidente da mesa e Harry Dexter White, o principal assessor técnico do secretário do Tesouro americano Henry Morgenthau. Não por coincidência, o representante do velho imperialismo inglês e o do emergente norte-americano.

Nesse debate White levou a melhor, assim como também levou o país no qual representava, (Vizentini, 1992, p.13) os Estados Unidos emergiram como os maiores beneficiados pela guerra, pois ela reativou e expandiu seu parque industrial, absorveu a enorme massa de desempregados dos anos 30, além do país sofrer poucas perdas humanas e praticamente nenhuma destruição material. Sua economia tornou-se mundialmente dominante, respondendo por quase 60% da população industrial em 1945, posição reforçada pela semidestruição dos seus rivais (Alemanha, Itália e Japão) e aliados capitalistas (França e Grã-Bretanha), que tornaram-se devedores dos EUA. Mas não se deve perder de vista que o crescimento do capitalismo norte-americano ocorreu em grande parte sobre as ruínas dos outros capitalisms, aliados e rivais. A derrota do nazi-fascismo marcou o triunfo de uma forma de capitalismo moderno e cosmopolita, sob a hegemonia dos EUA, sobre um

capitalismo marcado por contornos retrógrados de dominação social e de inserção no mercado mundial.

Não obstante a falta de suficiente força política e econômica e apesar do prestígio de Keynes, a Grã-Bretanha não conseguiu impor quase nenhum dos seus pontos de vista. Bretton Woods foi certa e definitivamente um triunfo total do poder dominante norte-americano, expresso no plano White. A respeito disso, pode-se afirmar que seus acordos foram o produto de uma negociação desigual entre o Estado norte-americano e o da Grã-Bretanha, dirigida e plasmada pelo primeiro, dentro de um quadro fictício de cooperação mundial que, na sua versão mais generosa, foi antes de tudo, a história da colaboração anglo-americana. (LICHTENSZTEJN&BAER, 1987,p. 28)

O plano americano fazia referência a criação de uma instituição capaz de evitar mudanças cambiais bruscas nos países provocadas por desvalorizações, o que afetava às nações vizinhas. Dessa forma, surge o Fundo Monetário Internacional (FMI) com a responsabilidade de policiar o comércio e práticas monetárias dos países membros e, posteriormente, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que concederia empréstimos às áreas devastadas para facilitar a reconstrução da Europa.

Como garantia de um bom procedimento dos devedores, os países, antes de conseguirem empréstimos do banco mundial, eram obrigados a fazer parte do FMI. Como o fundo, o banco era uma indelével instituição americana. Os Estados Unidos colocaram a base das verbas iniciais, e a sobrevivência financeira do Banco Mundial dependia do sucesso de suas emissões de título em Wall Street (MOFFITT,1984, p. 25)

Para resolver à questão da instabilidade monetária, segundo Lichtensztein&Baer (1987, p 29), a solução encontrada em *Bretton Woods* foi a sustentada pelo plano White, que constituía em restabelecer o ouro como reserva internacional, porém devido a escassez desse metal impossibilitar a reativação e expansão do comércio mundial, o novo padrão monetário asseguraria que toda moeda nacional poderia adquirir o status de meio de pagamento internacional se fosse conversível em ouro. Assim, o fundo seria formado com contribuições em ouro, mas em proporção maior de moedas convertíveis nesse metal. Desta forma, esses princípios de conversibilidade pressupunha uma igualdade teórica das moedas, desde que as balanças de pagamentos e correspondentes distribuições de ouro entre países estivessem em equilíbrio relativo. Na prática, no período pós-guerra, só os Estados Unidos podia manter a conversibilidade de sua moeda em ouro, o que torna o dólar a divisa chave e a moeda de reserva obrigatória no sistema financeiro internacional e no mundo.

Como o uso do ouro no comércio internacional vinha declinando já há algum tempo, o Tesouro americano, interessado em alavancar a credibilidade do dólar, prometeu trocar saldos em dólares de estrangeiros por ouro ao preço de 1934, que era 35 dólares a onça.

Os acordos de *Bretton Woods* estabeleceram taxas de câmbio fixas entre as inúmeras moedas nacionais. Os países só podiam mudar os valores relativos de suas moedas com aprovação do FMI e sob circunstância de “desequilíbrio fundamental”

Para Moffitt (1984, p 21), uma singular característica dos arranjos de *Bretton Woods* era possibilitar acesso automático a créditos, que proporcionavam aos países tempo para se ajustarem às dificuldades econômicas. Antes de *Bretton Woods*, os países tinham de confiar em créditos de bancos privados, notoriamente instáveis, e empréstimos governamentais de emergência. Keynes, ciente de que a Grã-Bretanha sairia da guerra como devedora, esforçou-se ao máximo por um FMI que desse amplas possibilidades de saldos devedores a seus membros. Ao representar um devedor, ele desejava acesso automático a créditos internacionais com poucas restrições a utilização de saldos devedores. Isso auxiliaria um país a ter um interregno para ajudar-se a dificuldades econômicas, sem levar sua economia a uma depressão.

No início, essas ideias não foram bem aceitas pelo Wall Street que eram contra a inclusão dos Estados Unidos no FMI. De acordo com Moffitt (1984, p22), os banqueiros de Nova York repudiavam a ideia de que os Estados Unidos iriam bancar uma instituição internacional que solaparia seu monopólio sobre o mercado internacional de crédito. Eles desprezavam o conceito Keynesiano de saques automáticos e acreditavam que estes levariam a irresponsabilidade fiscal. Porém apesar dessas objeções os acordos de *Bretton Woods* passaram facilmente por ambas as casas do Congresso. Em abril de 1946, o Banco Mundial e o Fundo iniciaram suas atividades com um encontro inaugural em Savannah, na Geórgia.

Até 1947, a escassez de dólares impossibilitava que os arranjos de *Bretton Woods* fossem suficientes para prover as grandes somas necessárias ao financiamento da recuperação europeia. Os Estados Unidos detinham um grande excedente comercial enquanto o resto do mundo utilizava sua pequena quantidade de ouro para adquirir produtos americanos, se esse modelo se estendesse, os EUA teriam que diminuir sua produção, entrando numa recessão. Porém a intensificação da guerra fria, a qual resultou no plano Marshall, possibilitou a aprovação do Congresso de uma grande dotação para financiar a reconstrução da Europa.

A escassez de dólar... foi resolvida por um novo elemento na situação política internacional, ... o crescente antagonismo das duas grandes potências que se tornaram dominantes, cada uma em sua esfera, depois do conflito, que destruiu as forças da Europa. Os gastos foram de US\$ 84 bilhões em empréstimos e concessões ... ou 15 vezes o saldo original em dólar do FMI e 6,5 vezes o total máximo de empréstimos, possíveis ao banco; e gastos militares e concessões comerciais para o exterior de mais de US\$ 5 bilhões, em média, por ano, desde 1952, para restabelecer a normalidade. BALOGH (apud MOFFITT, 1984 ,p .26)

O plano Marshall viabilizou o sistema monetário de *Bretton Woods*, permitindo que o dólar fosse considerado tão bom quanto o ouro. Os Estados Unidos expandiram a oferta de moeda internacional através de déficit do balanço de pagamento e estes se tornaram tão frequentes que na década de 50 muitos economistas comemoravam o fim da escassez de dólares. Porém o professor Robert Triffin, de Yale, alertou para os problemas da fragilidade do sistema de *Bretton Woods*, através do dilema de Triffin argumentou que a escassez de dólares poderia se tornar uma inundação de dólares, desta forma os déficits americanos não poderiam servir eternamente como fonte de moeda internacional enquanto houvesse ligação entre o ouro e o dólar, pois uma vez que a hemorragia de dólares estancasse, voltaria a escassez. Por outro lado, um fluxo constante de dólares dos EUA para o exterior criaria um excesso de dólares, diminuindo o estoque de ouro do Tesouro e abalando a confiança na capacidade dos Estados Unidos honrar o lastro de dólar em ouro, levando, portanto, a uma crise monetária internacional.

A previsão de Triffin de fato se concretizou já em 1960, o montante de ouro do tesouro americano era menor que a quantidade de dólares no exterior e essa situação só foi se deteriorando gradativamente, segundo Moffitt, na primeira metade dos anos 60, a média anual dos déficits do balanço de pagamento americano foi de US\$ 742 milhões. De 1965 até 1969, os déficits alcançaram US\$ 3 bilhões ao ano. Essa situação no balanço de pagamento se agravou devido, primeiramente, as reservas mundiais de dólares superarem a procura por produtos americanos. A economia da Europa, na figura principal da Alemanha ocidental, e o Japão emergem e disputam a supremacia industrial americana. A exportação de automóveis, aço, maquinaria se tornou cada vez mais atraente para os consumidores e para as firmas americanas, declinando o excedente americano no comércio e na indústria que com as crescentes saídas de dólares não tinham sido compensados pela repatriação da moeda através da venda de produtos no exterior.

As multinacionais não queriam reduzir seus investimentos no exterior, queriam aumentá-los. O governo norte-americano não queria renunciar a sua posição de domínio: queria solidificá-la. Os dólares saíam dos Estados Unidos basicamente de três fontes: investimento estrangeiro de grandes firmas multinacionais, gastos militares e assistência estrangeira do governo norte-americano. (WACHTEL, 1988, p.68).

A instabilidade monetária gerou uma corrida ao ouro. Segundo Wachel, para qualquer detentor de dólares no exterior, que não quisesse ser apanhado de surpresa, a decisão racional seria trocá-lo por ouro enquanto ainda existisse ouro bastante em Fort Knox e antes que os

Estados Unidos suspendessem a conversão de sua moeda em ouro (fechamento da Janela do ouro) . Sendo assim, o movimento especulativo contra o dólar, resultante do ato racional de cada um, criaria a instabilidade coletiva que todos queriam evitar.

John Kennedy foi eleito, em 1960, prometendo fazer com que a economia norte-americana voltasse a funcionar sem causar novas rupturas nos acordos monetários de Bretton Woods. Os EUA tentaram deter a saída de dólar de duas formas: Pressionando a Europa a comprar mais produtos americanos e propondo que os europeus arcassem com uma parte maior dos custos militares da OTAN.

Do ponto de vista americano, essas medidas justificavam-se como retribuição pela generosidade demonstrada pelos EUA logo após a guerra. Simultaneamente, os europeus deveriam ajudar Kennedy a desenvolver uma economia de pleno emprego, criando novos empregos através de exportações, enquanto tinham sob controle o sistema monetário internacional. (WACHEL, 1988, p 71)

A tentativa de promover a estabilidade monetária internacional frente à saída de dólares ocorreu de duas frentes. O governo de Kennedy e a frente multilateral formada pelas democracias industrializadas. As medidas tomadas por Kennedy foram a criação de um dispositivo chamado *operation twist*, por meio do qual as taxas de juros eram aumentadas para investimentos financeiros à curto prazo e permaneciam baixas para investimentos à longo prazo. E uma medida chamada de Imposto de Equiparação de Juros que impunha uma taxa extra sobre empréstimos tomados por governos e firmas estrangeiras nos mercados de capital norte-americanos e sobre a compra de ações estrangeiras por cidadãos americanos. Isso tornava mais cara a saída de dólares dos EUA. Do ponto de vista multilateral, não houve acordo quanto aos gastos da OTAN, nem quanto à redução das barreiras comerciais e nem quanto à nova moeda, mas os países industrializados concordaram em expandir os recursos do FMI e promover a estabilidade do ouro e do sistema. De forma geral, o conjunto dessas estratégias realizadas por ambas as frentes trouxe ao sistema uma sobrevida, garantindo-lhe mais alguns anos.

Outra causa para o aprofundamento do déficit no balanço de pagamento foi a guerra do Vietnã. A maior parte da população americana era contra a participação do país na guerra, o que tornava extremamente impopular a ideia de financia-la por meio de aumento de impostos. Desta forma, o então presidente dos EUA, Lyndon Johson, financiou a guerra através da emissão de moedas, tendo como resultado uma inflação crescente. De acordo com Moffitt (1984 , p. 30) na primeira metade dos anos 60, a inflação media dos Estados Unidos era de 1,5 por cento ao ano, em 1965 subiu para 1,9 por cento e em 1968 foi para 4,7 por

cento. A guerra do Vietnã desferiu um golpe contra o sistema de Bretton Woods do qual jamais ele se recuperaria. Como reflexo da situação pendente da economia americana, periódicas explosões especulativas sitiaram o dólar.

Em 1968 Johnson anunciou uma série de medidas contra a saída de dólares que incluíam: Não fazer novos investimentos na Europa e diminuir os investimentos feitos em outros países (Canadá, Japão, Austrália) em até 65% do que eram em 1965/66; Promover as exportações americanas mediante programas especiais de empréstimos; Submeter os turistas a controles cambiais; Novas restrições contra a concessão de empréstimos fora do país por bancos americanos; Redução dos custos de manutenção dos militares no exterior (eliminação de bonificação para por dependentes). Do ponto de vista multilateral se criou uma nova unidade de reserva chamada Direito Especial e Saque (DES) que eram créditos contra os quais os países membros poderiam sacar através do FMI.

No dia 15 agosto de 1971, diante das pressões protecionistas por parte do Congresso norte-americano, do declínio relativo da sua competitividade e sem conseguir alcançar qualquer acordo com os países aliados, Nixon optou pela ruptura unilateral da conversibilidade em ouro do dólar. Para completar, instituiu controles internos de preços e salários e fixou uma tarifa externa sobre todas as suas importações, que seriam conservadas até que os aliados chegassem a um novo acordo, o que só ocorreu em 1973. A decisão unilateral de Nixon em 1971 foi ratificada em 1973 pelas principais potências capitalistas. Desde então o sistema financeiro internacional passou a conviver com taxas de câmbio flutuantes, sempre conservando a hegemonia do dólar.

2.2- A Ordem Neoliberal

A partir de 1970, o mundo passou a vivenciar um declínio do modelo do Estado de bem-estar social¹, o que deu espaço para que ideias liberais aos poucos voltassem a ter preferência na política americana. Simultaneamente, as atividades das firmas, os fluxos comerciais e o sistema financeiro adquiriram um caráter planetário. Essas duas mudanças alimentaram-se mutuamente: as alterações nas relações no poder social interno, conhecida como neoliberalismo, fortaleceram as regiões, favorecendo a globalização. Por sua vez, as forças que favorecem a globalização promovem as transformações internas do neoliberalismo.

¹ O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, Welfare State. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade.

A transformação dos ambientes internos dos países assume o nome de neoliberalismo: envolve uma mudança nas relações sociais internas em favor dos interesses do credor e do investidor, com a subordinação dos setores produtivos aos setores financeiros, e com uma tendência a afastar da riqueza do poder e da segurança a maior parte da população trabalhadora. A transformação do ambiente externo dos Estados toma o nome de globalização: envolve a abertura da economia política de um país à entrada de produtos, empresas, fluxos e operadores financeiros dos países centrais, tornando a política governamental dependente dos acontecimentos e decisões tomadas em Washington, Nova York e outros importantes centros capitalistas. (GOWAN, 2003,p 9)

Uma das primeiras experiências consideradas neoliberais no mundo foi levada a cabo pelo Chile. Em 1975, o ditador chileno Augusto Pinochet entrou em contato com acadêmicos da Escola de Chicago, que recomendaram medidas pró-liberalização do mercado e diminuição do Estado. Entre tais medidas estavam a drástica redução do gasto público, demissão em massa de servidores públicos e privatização de empresas estatais.

Entre 1979 e 1990, Margareth Thatcher no Reino Unido, adotou um modelo de governo que seria o precursor do neoliberalismo. Segundo Carcanholo (1997, p. 203), durante o governo da dama de ferro, a economia inglesa passou por um processo acentuado de liberalização. Operou-se uma forte contração monetária, que elevou a taxa de juros. Os impostos sobre grandes fortunas foram drasticamente reduzidos. Os fluxos financeiros tiveram seus controles abolidos. Concebeu-se um amplo processo de privatização, nem sempre implementado integralmente. As greves foram duramente combatidas pela imposição de uma legislação anti-sindical e os gastos sócias foram cortados

Entretanto, para Duménil&Lévi (2005, p.85), o marco fundador do neoliberalismo foi a decisão do Federal Reserve (FED), o banco central americano, de elevar a taxa de juros ao nível requerido para a eliminação da inflação. Os custos que essa decisão traria ao resto do mundo foram altíssimos e se manifestaram sobre a forma de controle dos salários, erosão gradual dos sistemas de proteção social, ondas de desemprego, crescimento lento, crises recorrentes nos países da periferia, deslocalização das empresas, e elevação das tensões internacionais (com novo militarismo).

Um conjunto de transformações se superpõe, todas se influenciando mutuamente: tendências das mudanças técnicas e da rentabilidade, estruturas de classe, formas de poder estatal, quadros institucionais etc. O neoliberalismo define uma nova fase do capitalismo que possui características específicas sob todos esses pontos de vista. Mas, se esses traços são importantes, nem todos definem o neoliberalismo enquanto tal. O que o define, para falar mais precisamente, é a reafirmação (e as formas) de um poder de classe. (DUMÉNIL&LÉVY, 2005, p.86).

O neoliberalismo se estabeleceu de diversas formas nos diferentes países. No entanto ainda que possua características peculiares de cada região, de modo geral, algumas características ainda que não aplicada a todos os países são ao menos comuns aos Estados Unidos e a Europa.

A primeira dessas características é que apesar do termo neoliberalismo remeter a liberdade de mercado, sob a figura do capital, não se deve imaginar que o Estado tenha perdido toda a função. Uma vez que o neoliberalismo se impôs sob a proteção do Estado. (CARCANHOLO 1997, p. 201) a política apregoada de liberalização de comércio necessita de Estados fortes em um primeiro momento, para desregular, desproteger o comércio exterior, garantir a estabilidade da economia e impedir a reação dos setores que serão prejudicados pela nova política, dentre eles os trabalhadores. Só em um segundo momento é que o Estado mínimo deve prevalecer. Nesta fase, a tão decantada superioridade da iniciativa privada em eficiência, racionalidade, preço e qualidade poderá garantir a inserção de determinada nação nessa “nova” realidade, com garantias da competitividade.

O triunfo atual do ‘mercado’ não teria sido possível sem as intervenções políticas repetidas de instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos (em primeiro lugar os membros do G7). Por meio de uma articulação estreita entre o político e o econômico é que as condições para a emergência dos mecanismos e das configurações dominantes desse regime foram criadas. (Chesnais, 1997:23-24)

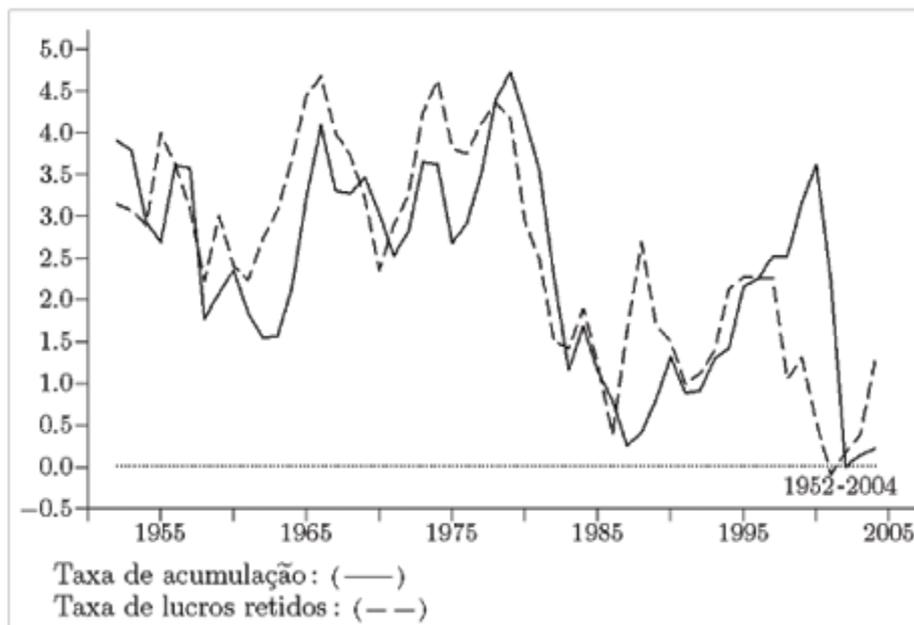
O neoliberalismo corresponde à reafirmação do poder da finança depois de um período (anos gloriosos) de perda de hegemonia. Segundo Duménil&Lévy (2005, p.89) A finança tira partido da crise estrutural da década de 1970. A forte desaceleração do crescimento, o aumento da instabilidade macroeconômica (a sucessão de aquecimentos e recessões), o crescimento do desemprego e da inflação acumulativa não puderam ser vencidos pelas políticas Keynesianas de reativação da economia, que foram provadas ao longo das décadas anteriores. Por definição, a finança é a fração superior das classes capitalistas e as instituições onde se concentra sua capacidade de ação. Neste período, surge a classe dos administradores, um vez que o dono da empresa já não é, necessariamente, o profissional responsável pela sua gestão.

Outro aspecto do importante é a formação de fluxos de rendas favoráveis às classes ricas. A concentração da riqueza foi favorecida, principalmente, devido: Ao aumento substancial das taxas de juros; A nova forma de distribuição dos dividendos (anos 70 se distribuía, em média, 30% dos lucros das empresas não financeiras. No final dos anos 90 essa cifra chega a 80%); Às cotações das bolsas que orientaram-se para cima desde o início da

década de 80. O neoliberalismo restabeleceu a renda da classe capitalista, pagando "salários" muito elevados no alto da pirâmide das rendas e drenando amplos fluxos de renda em direção aos proprietários de títulos, no contexto de taxas de juros elevadas

No que se refere ao crescimento e acumulação de capital, o neoliberalismo é um modelo desfavorável. O aumento na taxa de juros não favorece os investimentos e os reduzido recurso às emissões de ações dificulta o auto-financiamento das empresas. Desta forma, o os lucros que se distribuem como juros e dividendos não são reinvestidos nas sociedades não financeiras. Isso significa que todos os outros fluxos (créditos, emissões e resgates de ações) são nulos ou se compensam reciprocamente, e que o investimento se autofinancia. Essa relação tem um caráter geral. Prevalece no neoliberalismo como anteriormente. O novo fato no neoliberalismo, como se pode observar no gráfico, é que a distribuição de rendas financeiras reduza de maneira drástica os lucros retidos, prejudicando a acumulação apesar da recuperação dos lucros. Assim, no que diz respeito ao financiamento do setor não financeiro, a finança desempenha um papel meramente parasitário.

Gráfico 1- Taxa de lucros retidos e taxa de acumulação



Fonte: NIPA (BEA).

O que difere os Estados Unidos dos outros países, no contexto do neoliberalismo, é a sua posição dominante, essa relação é chamada de imperialismo norte-americano. O imperialismo pode trazer uma série de benefícios aos países dominantes como: a diminuição do preço das matérias primas, importação de cérebros e rendas provenientes de aplicações no

exterior. A relação de dominação se dá em dois níveis: EUA X Outros membros da coalizão imperialista; e Coalizão imperialista X Outros países dominados.

O imperialismo exercido, sobretudo, pelos EUA sob a égide neoliberal foi responsável por um formidável desvio da demanda interna para consumo nos EUA. Isso se deu na medida em que as duas taxas (de poupança e de investimento) caíram significativamente nos EUA. A de poupança cai ainda mais que a do investimento (a diferença é complementada pelo financiamento externo). Por outro lado aumenta consideravelmente a propensão ao consumo.

O desenvolvimento dos EUA como potência imperial estigmatiza o afluxo de capitais para esse país e provoca o déficit crônico em sua balança comercial. Os EUA impõem ao mundo a exportação de suas mercadorias e capitais, importando simultaneamente massas de mercadorias superiores às suas exportações e deixando o fluxo de capitais estrangeiros financiar suas despesas.

Assim pode-se observar, conforme sintetizaram Duménil&Lévy (2005, p.86) que o neoliberalismo foi responsável por :(1) criar formidáveis fluxos de rendas em benefício das camadas mais ricas; (2) estabelecer um poderoso sistema de drenagem de rendas no plano mundial , alimentando as rendas dessas camadas, que (3) se engajaram num consumo maluco e (4) o investimento, reduzido no neoliberalismo, manteve nível superior ao ditado pela poupança nacional graças ao aporte de poupança internacional que financiou a despesa nos Estados Unidos. Longe de um imperialismo poupador e posto numa situação difícil pela renda que concentra, observam-se classes privilegiadas de um centro imperial mundial jamais saciada em seu desejo de consumir: um imperialismo glutão.

3. A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O ATUAL PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS BLOCOS REGIONAIS

A mundialização, a industrialização, atinge a todos, por esses motivos compartilhamos dos mesmos problemas e medos. - Edgar Morin

Esse capítulo pretende tratar da integração econômica inserida no contexto da mundialização do capital, onde a finança atinge caráter global e a soberania dos países sofre retração, prevalecendo a ótica do mercado. Dentro dessas perspectivas é levantados o modelo de integração europeu (União Europeia) e uma breve análise histórica da relação do Reino Unido com a União Europeia no cenário pré- Brexit.

3.1 A mundialização do capital

Na década de 80, o termo globalização era carregado de expectativas positivas. Foi apresentado pela ideologia neoliberal como o triunfo do mercado mundial e da economia capitalista. Carcanholo (2007, p.199) define a globalização como sendo uma fase específica da economia em que as atividades das firmas, os fluxos comerciais e o sistema financeiro adquirem um caráter planetário. Tudo isso é reflexo das características do sistema econômico vigente. Esse processo atinge posteriormente os três mercados que fornecem a dinâmica para a economia capitalista: o mercado de trabalho, o mercado de capitais e o mercado de bens.

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videoclipes, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e idéias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos. (IANNI, Octavio, 2002 ,p.19)

Entretanto, não houve um mero retorno ao liberalismo do século XIX. Na prática o que se observou foi a proliferação de uma globalização financeira com o fomento de um mercado internacional de capital. (CHESNAIS,1996, p.16) A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais valia, tanto absoluta quanto relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as

consequências sobre o nível de emprego, ou seja o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros.

Apesar de ser na produção que se cria riqueza, através da combinação social de diferentes formas de trabalho humano com diferentes qualificações, é cada vez mais evidente que é a esfera financeira que comanda a repartição e a destinação social dessa riqueza. Isso acontece por meio de dois mecanismos: a inflação dos valores dos ativos (formação de capital fictício) ou por meio de transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este.

Desta forma, o termo mundialização, utilizado por autores de tradição francesa, mostrou-se mais adequado para retratar a realidade da globalização. Uma vez livre da aura positiva emanada pelo primeiro termo, a mundialização refere-se, principalmente, ao caráter global das operações do capital, em sua forma industrial ou financeira.

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente a substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e condutas globais. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem². A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real. Mas baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelo mais importantes e internacionalizados gestores de carteira de ativos, cujo resultado decide, a integração ou exclusão em relação as “benesses das finanças de mercado” Como veio lembrar a crise do mexicana de 1944-1995, basta pouca coisa para que um lugar financeiramente atraente deixe de sê-lo em questões de dias e, de certa forma fuja da órbita da mundialização financeira. (CHESNAIS, 1996, P. 17)

Porém o capital possui uma personalidade seletiva, de acordo com Chesnais (1996, p. 18), não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente parte dele, mesmo que suas operações sejam poluidoras a nível mundial, no plano da ecologia como em outros. Ligar o termo “mundialização” ao conceito de capital significa dar-se conta de que, graças ao seu fortalecimento e às políticas de liberalização que ganhou de presente em 1979-1981 e cuja imposição foi depois continuamente ampliada, o capital recuperou a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele.

Outro aspecto da mundialização é o seu caráter paradoxal. Hoje se vivencia um aumento da defasagem entre riqueza/pobreza, conhecimento/analfabetismo, centro/periferia.

² Operação de compra e venda de valores negociáveis, realizada com o objetivo de ganhos econômicos sobre a diferença de preços existente, para um mesmo ativo, entre dois mercados.

Para Bauman (1999, p.25) a anulação das distâncias temporais/espaciais em vez de homogeneizar a condição humana tende a polariza-las. O processo de mundialização acentuam os fatores de hierarquização entre os países e redesenham sua configuração. A partir desse processo houve um aprofundamento do abismo que separa os países participantes, mesmo que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário rentista, daqueles que sofrem essa dominação. As relações políticas passaram a ser entendidas como relações internas às burguesias imperialistas e todas as medidas tomadas pelo capital vieram para fortalecer a democracia burguesa, que é uma democracia da minoria, (CARNOY, 1994, p.82) [...] uma democracia para os ricos onde os capitalistas não somente controlam as instituições políticas da sociedade capitalista, mas estruturam as instituições de um modo que garanta aquele controle.

Segundo Sennett (apud BAUMAN, 1999, p.63), numa geração anterior, a política social baseava-se na crença de que as nações, e dentro delas as cidades, podiam controlar suas riquezas; agora, abre-se uma divisão entre Estado e economia.

Os contatos, as circulações e as conexões operam acima da esfera nacional, isto é, constituindo um espaço transnacional mais ou menos múltiplice, onde a subversão dos mecanismos da atuação do Estado tem momentos distintos. De um lado, fomentam-se espaços intermediários propiciados pelos contatos formais e informais entre atores estatais e não estatais, com elaboração de discursos, normas, e políticas; de outro lado, não são nítidos os mecanismos de ação e legitimação transnacional dentro de um quadro em que as referências nacionais ainda estão de alguma forma, presentes, e o espaço mundial tem características erráticas. Por conseguinte, numerosos atores fazem parte dessas formas de atuação não estatal; alguns já atuavam há mais tempo tiveram sua atuação amplificada, como as empresas multinacionais. De qualquer forma, entram em cena atores mundializados, como as firmas multinacionais, as instituições multinacionais, as organizações não governamentais, as redes religiosas, entre outros. (OLIVEIRA,2010)

Desta forma, existe um questionamento do papel do Estado nacional na atual etapa de desenvolvimento capitalista. É importante perceber que os territórios e a soberania nacional não foram abolidos, mas devido às articulações entre as diferentes escalas na mundialização existem diferentes configurações do mesmo que questionam e também realçam outras possibilidades na atualidade. O movimento de mundialização, longe de promover a reestruturação do sistema capitalista através de uma ordem neoliberal, tem aumentado de maneira exponencial os riscos políticos, sociais e econômicos. Nesse contexto, a crise dos Estados nacionais faz emergir novas construções espaciais, tais como os blocos econômicos.

3.2 A formação dos blocos regionais

A mundialização trouxe uma nova perspectiva para a definição de regional. Com o surgimento das multinacionais e do advento técnico-científico-informacional, a região deixou de ser um dado unitário, e relativamente isolado para ser parte de um sistema aberto, onde as escalas não estão rigidamente delimitadas, assim como as fronteiras não estão claramente configuradas.

Para Milton Santos (apud OLIVEIRA, 2010), a designação regional precisa, nas condições atuais de economia transnacional, ser redefinida, pois a região não pode ser concebida como uma unidade com uma coerência interna que parte apenas do interior. De maneira geral, ao definir os significados do regional a partir do exterior, seus limites se modificam em função dos critérios que são estabelecidos. Por conseguinte, a região não existe em si mesma, pois o estudo de uma região passa pelo entendimento do funcionamento das interconexões ao nível mundial e seu impacto no território de um país.

Nesse contexto, a formação dos blocos regionais pode ser compreendida como a criação de mecanismos de proteção diante da forte competitividade da mundialização. No intuito de se fortalecer economicamente, muitos países unem-se para alcançar mercados, verticalizar a sua participação e influência comercial no mundo. A criação de blocos econômicos estreitou as relações econômicas, financeiras e comerciais entre os países que compõem um determinado bloco econômico.

A integração econômica cria uma relação ambígua: Ao mesmo tempo em que a formação dos blocos econômicos provoca a intensificação das trocas comerciais e financeiras, cria, também, mecanismos de proteção econômica. Além disso, pode ser observada sob dois panoramas. No âmbito econômico, relaciona-se com a supressão de barreiras, com o favorecimento de benefícios decorrentes da força de um mercado comum, bem como de estímulos para a atração de investimentos e tecnologia. No âmbito político, pressupõe uma cooperação mais intensa entre os países participantes.

A integração regional se ergue, então, na intenção de atenuar uma dupla defasagem. Primeiro, aquela entre o econômico e o político, através da constituição de um poder soberano supranacional capaz de impor limites à lógica global, mercantil e financeira do livre mercado. Segundo, a defasagem entre, de um lado, o político-econômico e, de outro, o social, através da criação de um habitus apto a organizar novas práticas, atitudes e anseios do homem do terceiro milênio. Ela se constrói, assim, numa tentativa de interferir na lógica da international governance, caracterizada pela imbricação complexa de regimes múltiplos. Esses regimes definem mecanismos de autoregulação que reduzem a margem de manobra dos Estados-nação, introduzindo dispositivos de ajustamento entre as políticas nacionais e as contingências internacionais à margem de todo arcabouço institucional. A integração regional tenta, na verdade, racionalizar as relações entre o Estado e a sociedade, otimizando os modos de coordenação entre a concepção e a implementação da ação pública. (MEDEIROS,2002)

Conforme suas características, as fases de integração econômica entre países podem ser classificadas da seguinte forma:

Tabela 1- Classificação da integração econômica

Zona de preferência tarifária	Passo inicial de integração entre os países, de forma que esses adotam apenas algumas tarifas preferenciais envolvendo alguns produtos, tornando-os mais baratos em relação a países não participantes do bloco. Exemplo: ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).
Zona de livre comércio	Eliminação ou diminuição significativa das tarifas alfandegárias dos produtos comercializados entre os países-membros. Assim como o tipo anterior, trata-se de um acordo meramente comercial; Exemplo: NAFTA (Tratado de Livre Comércio das Américas)
União Aduaneira	Zona de livre comércio que também adotou uma Tarifa Externa Comum (TEC), que é uma tarifa que visa taxar os produtos advindos de países não membros dos blocos. Dessa forma, além de reduzir o preço dos produtos comercializados entre os países-membros, a União Aduaneira ainda torna os produtos de países externos ao bloco ainda mais caros. Exemplo: A SACU, Southern African Customs Union.
Mercado Comum	Bloco econômico que conta com um avançado nível de integração econômica, indo muito além de um acordo comercial, pois envolve a livre circulação de produtos, pessoas, bens, capital e trabalho, tornando as fronteiras entre os seus membros quase que inexistentes em termos comerciais e de mobilidade populacional.
União Política e Monetária	Mercado comum que ampliou ainda mais o seu nível de integração, que passa a alcançar também o campo monetário. Adota-se, então, uma moeda comum que substitui as moedas locais ou passa a valer comercialmente em todos os países-membros. Também é criado um Banco Central do bloco, que passa a adotar uma política econômica comum para todos os integrantes.

O Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que instituiu o Mercosul, tem como objetivo final o alcance do Mercado Comum, a ser consolidado no ano de 1994. Todavia, no panorama atual, o Mercosul se posiciona em fase híbrida, uma vez que ainda não completou a União Aduaneira, mas já apresenta características de Mercado Comum. O único exemplo de mercado comum e, ao mesmo tempo, de união política e monetária é a União Europeia, que é hoje considerada o mais importante bloco econômico da atualidade em razão do seu avançado nível de integração. Em muitos casos, essa integração alcança até mesmo as decisões políticas que eventualmente são tomadas em conjunto pelos países-membros.

3.3 A evolução do processo de integração europeu

O processo de integração europeu foi fortemente influenciado pelo contexto político em que estava inserido. A nova ordem mundial em formação vivia o cenário da guerra fria, marcada pelas disputas bipolar entre as URSS e o EUA. A Europa, com o seu território devastado pela segunda guerra mundial, teve no plano Marshall a solução para recuperar sua economia. Comportando mais de 13 bilhões de dólares, foi um importante meio utilizado para facilitar o processo de integração dos países europeus, ao mesmo tempo em que afastava qualquer possibilidade de uma revolução social, em larga escala, nos países devastados pela guerra. O plano Marshall exigia dos governos europeus negociarem com os Estados Unidos e entre eles mesmos, dessa forma incentivavam as trocas e a atuação multilateral como forma de evitar o protecionismo.

Assim sendo, em 16 de abril de 1948 foi criada a OECE (Organização Europeia de Cooperação Econômica). Liderada por Robert Marjolin, tinha como principal objetivo coordenar as políticas nacionais europeias e proceder à distribuição dos créditos americanos, promovendo a cooperação entre os países membros e coordenando a distribuição de fundos. Para além destes dois objetivos principais, existiam vários outros complementares, nomeadamente a criação de zonas de comércio livre, a promoção de políticas que melhorassem as condições de trabalho e de produtividade, entre outras. Os países fundadores da OECE foram a Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia, sendo que mais tarde também a Alemanha (em 1955) e Espanha (em 1959) aderiram.

A integração econômica transnacional tinha nesta época apenas um caráter interestatal, não constituindo, ainda, organismos comunitários. De qualquer forma, esta articulação

proporcionava mecanismos de ligação entre espaços econômicos que precisavam completar, sobretudo em um contexto de economias arrasadas no imediato pós-guerra.

Em 1951, por meio do tratado de Paris é instituído a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo estabeleceram um programa para liberalizar o comércio de carvão e aço na região e para adotar uma tarifa externa comum para esses produtos quando originários de países não membros. A CECA possuía um ambicioso plano pra época: estabelecer um órgão executivo para a associação, nomeado de Alta autoridade, com caráter supranacional, que possuía o “poder” de agir mesmo sem o consentimento de todos os Países-membros do grupo.

Com o êxito alcançado pela CECA, os seis países membros logo ampliaram a cooperação para outras esferas. Assinando, em 1957 o tratado de Roma, que instituí por um lado a Comunidade Económica Europeia (CEE) e por outro a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom). Ambos os Tratados entraram em vigor em 1 de Janeiro de 1958.

A CEE prevê a constituição de um mercado comum (assentado nas quatro liberdades de circulação: pessoas, serviços, mercadorias e capitais), de uma união aduaneira, bem como o desenvolvimento de políticas comuns. Previsto para ser realizado num período de transição de 12 anos, cria igualmente um espaço económico unificado que instaura a livre concorrência entre as empresas. O Tratado CEE cria instituições comunitárias e mecanismos de decisão que permitem aos Estados-Membros agirem em prol dos objetivos pretendidos. A parte institucional fica por conta do Conselho de Ministros (representante dos Estados-membros), pela Comissão Europeia (poder tecnoburocrático) e pelo Parlamento Europeu (espaço para a legitimidade democrática), devendo todos eles colaborar entre si. Além disso, foi constituída uma corte de justiça para julgar controvérsias e dirimir conflitos.

Por meio do Euratom, os seis Estados fundadores decidiram juntar esforços e financiamentos para investir na energia nuclear de maneira a alcançar uma independência energética e evitar o desvio desta energia para fins militares. É importante ressaltar que o Euratom nunca sofreu grandes alterações e não foi fundido com a União Europeia posteriormente, mantendo, por conseguinte, uma personalidade jurídica distinta, embora partilhe as mesmas instituições.

Os anos 60 foram marcados por importantes políticas para promover a integração do bloco. Em 1962 houve o lançamento de uma política agrícola comum, estabelecendo controle e incentivos conjuntos sobre a produção de alimentos na região. Foi considerada por muito tempo como exemplo de política de integração bem sucedida, abrangendo um setor inteiro da

economia europeia, sendo também um símbolo não somente da política de transferência, mas também de compartilhamento de competências.

Na década de 70 houve um alargamento da integração europeia, com a entrada de três novos membros: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Assim com os demais membros, estes países passaram a adotar as políticas europeias, inclusive a política comercial comum. Nessa década também aconteceu a primeira eleição direta para o parlamento europeu (1979) e se estabeleceu o primeiro mecanismo de política cambial, por meio do qual era definidos estreitos limites para as flutuações da moeda. Este foi o primeiro grande passo para que cerca de 30 anos depois pudesse ser possível a adoção de uma moeda comum.

Nos anos 80, após superarem as dificuldades impostas por governos autoritários, foi a vez da entrada da Grécia, Portugal e Espanha, criando desafios consideráveis para a integração que perpetuam até os dias atuais. Devido às disparidades econômicas em relação aos demais membros do bloco foi estabelecida a cláusula democrática que tinha por prática a política da condicionalidade, ou seja, a aprovação e posterior processo de incorporação de um determinado país ao projeto comunitário europeu, o país candidato precisava primeiro aceitar determinadas condições. É importante ressaltar que no plano externo a adesão de Portugal e Espanha representou um importante mecanismo de aproximação e cooperação econômica internacional entre a União Europeia e a América Latina. A virada da década de 80 para 90 também trouxeram importantes mudanças no cenário político que refletiram sobre o bloco econômico. Com a queda do muro de Berlim e o colapso do comunismo, a Alemanha foi unificada e a parte oriental do país juntou-se ao bloco europeu.

Em 1985 é constituída a primeira grande emenda ao tratado de Roma, o Ato Único Europeu, posto em prática a partir de julho de 1987. Um aspecto importante do Ato Único Europeu na esfera econômica foi a constituição de normas e instituições voltadas para a efetivação do mercado único que presumia um espaço sem fronteiras, com a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais, buscando uma coesão econômica e social.

O tratado de Maastricht foi assinado em 1993 pelos antigos membros da Comunidade Econômica Europeia que após esse tratado ganharam a denominação de União Europeia. Foi através dos termos assinados em Maastricht que foram lançadas as bases para criação do Euro, assim como políticas externas e de segurança comum, além de tratar de cooperação judicial e em assuntos domésticos. Posteriormente foi emendado pelos tratados de Amsterdã (avançou ao definir regras sobre liberdade, democracia e direitos humanos no bloco), Nice (reformou a estrutura institucional para receber a ampliação da União Europeia) e Lisboa (Entre as várias novidades que o Tratado de Lisboa apresenta, cumpre destacar que, pela

primeira vez na história da construção europeia, são incluídas uma série de referências sobre os Parlamentos nacionais, considerando que estes contribuem ativamente para o bom funcionamento da União Europeia -artigo 12.º TUE).

Tabela 2- Tratados constitucionais.

Tratado (ano)	Estados-membros*	Deliberações
Tratado de Paris (1952)	Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos.	Criação da CECA, primeira cristalização do interesse comunitário.
Tratado de Roma (1957)	Permanecem os mesmos integrantes.	Estabelecimento da Comunidade Econômica Europeia e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom).
Ato Único Europeu (1986)	Além dos anteriores, temos agora Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Portugal e Espanha.	Instituição da cooperação no processo decisório, concedendo mais poder legislativo ao Parlamento Europeu, que até então desenvolvia um papel mais consultivo.
Tratado de Maastricht (1992)	Houve a incorporação da Alemanha Oriental, Áustria, Finlândia e Suécia.	Criação da co-decisão como mecanismo legislativo; criação da cidadania europeia; formulação dos três pilares institucionais e criação do Comitê das Regiões.
Tratado de Amsterdã (1997)	Permanecem os mesmos integrantes.	Implementação da "Cláusula de Suspensão", cerceando direitos de Estados-membros que não cumprirem as deliberações comunitárias.
Tratado de Nice (2001)	Permanecem os mesmos integrantes.	Reformulação da ponderação de votos de cada Estado-membro no Conselho de Ministros, preparando a União para a adesão de mais países.
Tratado de Lisboa (2007)**	Já temos a incorporação de República Tcheca, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslovênia, Eslováquia, Hungria, Chipre, Malta, Bulgária e Romênia.	Ampliação da participação do Parlamento Europeu no processo de co-decisão (renomeado para processo legislativo ordinário), além de reformular a ponderação de votos no Conselho e o número de cadeiras no PE.

Fonte: Site oficial da União europeia

Os alargamentos no bloco continuaram a acontecer. Em 1995, passaram a integrar a União Europeia a Áustria, a Finlândia e a Suécia. Em maio de 2004, oito países (Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia e República Checa) da Europa Central e Oriental, além de Chipre e Malta, juntaram-se a UE que passou a somar 25 países. Os dez novos países causaram preocupação aos demais membros da União Europeia. Uma vez que eram Estados pertencentes a uma "outra Europa", isto é, àquela que traz em sua herança cinco décadas de regime social planificado, sob a égide da antiga burocracia soviética. Em 2007 houve uma nova integração com a entrada da Bulgária e da Romênia e posteriormente da Croácia em 2013, formando a Europa dos 28. Macedônia e Turquia seguem sendo candidatos para um futuro alargamento.

Figura 1-alargamento: de seis para 28



Fonte: site oficial da União Europeia

Apesar da UE dispor de unidade monetária própria nem todos os seus membros participam da zona do Euro, denominação dada aos países que fazem parte da União Europeia e que adotam o euro como única moeda. Desde quando começou a circular, em 1 de janeiro de 2002, até os dias atuais, a zona do euro conta com 19 Estados membros. São eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, República da Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Letônia e Lituânia. No entanto, existem países que não participam da UE e mesmo assim aderem o Euro, como é o caso de Mayotte, Mônaco, São Marino, Saint Pierre et Miquelon, Cidade do Vaticano, Bases Britânicas Soberanas, Andorra, Kosovo, Montenegro, São Bartolomeu, São Martinho e Guiana Francesa. O euro foi criado pra fortalecer a economia dos países que o adotarem, além disso, facilita as relações comerciais entre países e a formação de grandes empresas oriundas da junção de empresas menores de diferentes países.

Em 14 de janeiro de 1963, De Gaulle concedeu uma entrevista coletiva à imprensa no Palácio do Eliseu, em Paris, onde explicitou suas objeções. "O Tratado de Roma foi fechado por seis nações continentais que, do ponto de vista econômico, são semelhantes. Não há brigas, problemas de fronteiras, nenhum tipo de rivalidade em questões de poder e domínio. Além disso, segundo o general, nenhum desses países tinha obrigações políticas e militares com outras nações. Já o Reino Unido é "insular, marítimo e, por meio de seu comércio e mercados, ligados aos mais variados e distantes países". Para De Gaulle, a economia britânica era incompatível com o mercado comum europeu. (Schossler, Alexandre, 2016)

Em 1969 De Gaulle renunciou. Seu sucessor, Georges Pompidou, tinha uma visão diferente sobre o Reino Unido e a Europa. Em dezembro deste mesmo ano, os seis Estados membros da CEE iniciaram as negociações para a entrada do Reino Unido, juntamente com a Dinamarca e a Irlanda. O acordo de admissão do Reino Unido na CEE foi assinado em 22 de janeiro de 1972, em Bruxelas, e em 1º de janeiro de 1973, o país ingressou na comunidade. Porém a crise do petróleo, em 1973, levantou-se uma série de dúvidas na população britânica que anteriormente viam na União Europeia maiores possibilidades comerciais e com a crise começaram a enxergar Bruxelas, sede da UE, como parte dos problemas e não como solução.

Em 1974, Harold Wilson ganhou as eleições britânicas. Como promessa de campanha Wilson se comprometeu a fazer um referendo sobre a permanência do Reino Unido na CEE. Assim, em 5 de junho de 1975, o país que tanto lutara para fazer parte da comunidade europeia ia às urnas para decidir se deveria continuar fazendo parte dela. Como hoje, as questões econômicas estavam no centro dos debates. O resultado, porém, foi claro: 67,2% dos eleitores disseram sim, e apenas 32,8% defenderam a saída da CEE.

De fato, desde quando integrou a CEE até os dias atuais, o Reino Unido nunca aceitou muito bem as diretrizes da UE, logo que virou membro relutou em transferir parte da sua soberania e participar da estrutura política europeia. Em 1984, Margaret Thatcher recebeu um desconto na contribuição britânica para o orçamento da UE alegando que o país lucrava pouco com a política agrícola comum. Aderiu tarde (1990) e por pouco tempo o sistema monetário europeu, criado para estabilizar as moedas e se recusou a aderir ao espaço Schengen⁴ e a zona do Euro. Recentemente não assinou o tratado orçamentário que obriga os governos a reduzirem seus déficits.

⁴ É um acordo de livre circulação entre os países membros, ou seja, sem restrição de fronteiras. Não são todos os países da União Europeia que fazem parte desse espaço, apesar de que grande maioria aderiu a esse tratado. Por exemplo, o Reino Unido faz parte da UE, mas não está na zona Schengen, E ainda existem os países que não fazem parte da UE, como Suíça e Noruega, mas que aderiram à convenção.

4. A DESINTEGRAÇÃO DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA (BREXIT) E A DESGLOBLIZAÇÃO

Vivemos tempos líquidos. Nada é pra durar
Zygmunt Bauman

Este capítulo pretende analisar a vitória do Brexit no referendo popular ocorrido no Reino Unido. O fato foi um duro golpe no principal bloco econômico mundial e também no ideal de construção de uma Europa integrada e sem barreiras sociais, econômicas e culturais. A análise seguiu trazendo outros acontecimentos que mostram que o Brexit não é um caso isolado e que as configurações mundiais atuais podem estar caminhando para um suposto processo de esfacelamento dos ideais da globalização.

4.1-O Brexit

A crise financeira de 2008 teve proporções mundiais e desde então vem desencadeando uma série de reações em todo o mundo. Houve um aumento do discurso protecionista e da tendência ao isolacionismo, respaldados em ideais de partidos de extrema direita (sobretudo na França, na Alemanha e no Reino Unido) e de grupos de extrema-esquerda (especialmente na Espanha e na Grécia). No Reino Unido, com o fortalecimento do Partido de Independência do Reino Unido, o UKIP, se tornou cada vez mais popular a campanha para a saída do Reino Unido da União Europeia, conhecida por Brexit (acrônimo inglês formado pela união de *Britain*, Grã-Bretanha e, por extensão, Reino Unido, e *exit*, saída) e motivada em grande parte pelo crescimento do Euroceticismo.

O Euroceticismo é uma doutrina política que assenta na desconfiança ou na descrença no futuro da União Europeia. Os Eurocéticos acreditam que o modelo econômico-social utilizado pela União Europeia se encaminha para a federalização e defendem a soberania nacional, ou o poder decisório das instituições de cada país por oposição a decisões tomadas por instituições supranacionais, tal como o Parlamento Europeu ou o Banco Central Europeu (BCE). Os eurocéticos criticam o déficit democrático em que assenta a União Europeia bem como a sua excessiva complexidade e burocracia. (EIGD, 2016).

O movimento que liderou a campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) é o *Vote Leave*, tem como principal representante Michael Gove, membro do partido conservador e do governo do ex-primeiro ministro Cameron, ao qual se posiciona como

admirador, apesar de terem opiniões diferentes sobre o futuro do Reino Unido. Gove expôs seus motivos para apoiar o Brexit:

O meu ponto de partida é simples. Eu acredito que as decisões que governam todas as nossas vidas, as leis que todos devemos obedecer e os impostos que devemos pagar devem ser decididos por pessoas que escolhermos e quem podemos jogar se quisermos mudar. Se o poder deve ser usado com sabedoria, se quisermos evitar a corrupção e a complacência no alto cargo, o público deve ter o direito de mudar as leis e os governos em tempo de eleição. Mas a nossa adesão à União Européia nos impede de mudar grandes padrões de leis e impedir que possamos escolher quem toma decisões críticas que afetam todas as nossas vidas. As leis que governam os cidadãos neste país são decididas por políticos de outras nações que nunca elegemos e que não podemos jogar fora. Podemos tirar nossa raiva sobre os representantes eleitos em Westminster, mas quem quer que esteja no governo em Londres não pode remover ou reduzir o IVA, não pode apoiar uma usina de aço por tempos difíceis, não pode construir as casas que precisamos onde elas são necessárias e não podem deportar todos os indivíduos que não deveria estar neste país. Eu acredito que isso precisa mudar. E acredito que tanto as lições do nosso passado quanto a forma do futuro tornam o caso da mudança convincente. A capacidade de escolher quem nos governa e a liberdade de mudar as leis que não gostamos foi garantida para nós no passado por radicais e liberais que tomaram o poder de elites inexplicáveis e colocaram isso nas mãos do povo. Como resultado de seus esforços, desenvolvemos e exportamos para países como EUA, Índia, Canadá e Austrália, um sistema de autogoverno democrático que trouxe prosperidade e paz para milhões. (GOVE, Michael apud APPS, Peter 2016)

Gove continua sua declaração enaltecendo o caráter pioneiro da democracia do Reino Unido, resgatando seus feitos e o benefício que trouxeram para o mundo moderno, á exemplo: o estabelecimento do julgamento pelo júri no mundo moderno, o primeiro parlamento livre, o pioneirismo na abolição da escravidão, estabelecimento de educação gratuita para todos, seguro nacional, Serviço Nacional de Saúde e um organismo nacional de radiodifusão respeitado em todo o mundo. Em contrapartida, segundo ele, a União europeia tem falhado em varias frentes.

O euro criou uma miséria econômica para as pessoas mais pobres da Europa. A regulamentação da União Europeia arraigou o desemprego em massa. As políticas de imigração da UE incentivaram os traficantes de pessoas e trouxeram campos de refugiados desesperados para nossas fronteiras. Longe de fornecer segurança num mundo incerto, as políticas da UE tornaram-se uma fonte de instabilidade e insegurança. O fio da lâmina mais uma vez atravessa o continente, as tensões históricas entre países como a Grécia e a Alemanha ressurgiram de maneiras feias e a UE está se tornando incapaz de lidar com as crises atuais na Líbia e na Síria. O ex-chefe da Interpol diz que a política de fronteiras internas da UE é "como pendurar um sinal de acolhimento de terroristas para a Europa" e as nações escandinavas que uma vez se orgulhavam de sua abertura agora estão se transformando. Todos esses fatores, combinados com a raiva popular pela falta de responsabilidade política, encorajaram o extremismo, na medida em que os partidos de extrema direita são mais fortes em todo o continente do que em qualquer momento desde a década de 1930. (GOVE, Michael apud APPS, Peter 2016)

Para Gove a União Europeia está desatualizada, e não está apta à enfrentar os grandes desafios tecnológicos, demográficos e econômicos dos nossos tempos, além de ser incapaz de lidar com a diversidade e a inovação, apontando soluções padronizadas e regulares para tudo.

Michael Gove acredita que a UE é uma instituição construída para manter o poder de controle com as elites e que tem ameaçado cada vez mais a soberania do Reino Unido.

Embora estejamos fora do euro, ainda estamos sujeitos a uma comissão da UE não eleita, que está gerando novas leis todos os dias e um Tribunal Europeu inexplicável no Luxemburgo, que está ampliando seu alcance a cada semana, usando cada vez mais a Carta dos Direitos Fundamentais que de muitas maneiras dá a UE mais poder e alcance do que nunca. Essa crescente burocracia da UE nos retém em todas as áreas. As regras da UE determinam tudo, desde o tamanho máximo dos recipientes em que o azeite pode ser vendido (cinco litros) até a distância que as casas devem estar de charnecas para evitar que os gatos persigam aves (cinco quilômetros). Individualmente, essas regras podem ser cômicas. Coletivamente, e há dezenas de milhares deles, eles são hostis à criatividade, crescimento e progresso. Regras como a diretriz de ensaios clínicos da UE retardaram a criação de novos medicamentos para curar doenças terríveis e os julgamentos do ECJ sobre questões de proteção de dados atrapalham o crescimento das empresas de internet. Como ministro, vi centenas de novas regras da UE atravessar a minha mesa, nenhuma das quais foi solicitada pelo Parlamento do Reino Unido, nenhum dos quais eu ou qualquer outro político britânico poderia alterar de forma alguma e nenhum dos quais nos tornou mais livres, mais ricos ou mais justo. (GOVE, Michael apud APPS, Peter 2016)

Como se pode perceber na declaração de Michael Gove os argumentos a favor da saída do Reino Unido da União Europeia giram em torno de críticas econômicas (principalmente as contribuições do Reino Unido para o orçamento comunitário), insatisfação com a burocracia comunitária e, sobretudo, com os imigrantes.

Um dos motivos que alimentou o Brexit foi o descontentamento da população com a entrada massiva de imigrantes que, segundo moradores locais, estão sobrecarregando a demanda por escolas, hospitais, moradias, dentre outros, além de pressionar os salários para baixo, uma vez que estão dispostos a ganhar bem menos e sob piores condições de trabalho. Como já foi explanado, o Reino Unido não faz parte da zona Schengen, no entanto em seu território existem mais de três milhões de estrangeiros vindo das mais variadas regiões.

Apesar da grande quantidade de imigrantes no Reino Unido, a migração internacional líquida a longo prazo apresentou queda. Estimada em +248.000 em 2016, ficou abaixo de 84.000 a partir de 2015 (estatisticamente significativa); A imigração foi estimada em 588.000 e emigração 339.000. A mudança de migração líquida foi impulsionada por um aumento estatisticamente significativo na emigração até 40.000 a partir de 2015, principalmente cidadãos da UE (117.000, 31.000 acima de 2015) e uma diminuição de 43.000 em imigração (não estatisticamente significativa).

Tabela3- Últimas mudanças na migração, Reino Unido, ano encerrado em dezembro de 2015 e ano encerrado em dezembro de 2016.

	YE Dez de 2015	IC de 95%	YE Dez de 2016	IC de 95%	Diferença
Migração líquida	+332	+/- 38	+248	+/- 41	- 84 *
Imigração	631	+/- 33	588	+/- 34	-43
Emigração	299	+/- 20	339	+/- 23	40 *

milhares

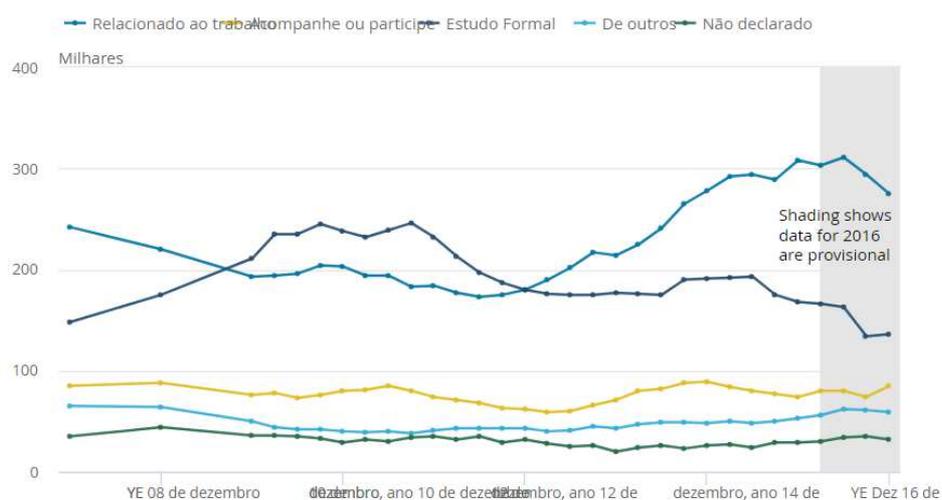
Fonte: Escritório de Estatísticas Nacionais, Migração Internacional de Longo Prazo

Notas:

1. As estimativas apresentadas são a soma dos agrupamentos de cidadania da UE, não-UE e britânica.
2. YE = encerramento do ano
3. IC = Intervalo de Confiança.

Dentre os motivos da migração internacional o trabalho é o mais comum com 275.000 pessoas que imigram para trabalhar em 2016 (menos de 33.000 a partir de 2015 (não estatisticamente significativo)), Já a imigração a longo prazo para estudo (136.000 em 2016) registrou uma queda estatisticamente significativa de 32.000 a partir de 2015.

Gráfico 2- Estimativas de migração internacional de longo prazo da imigração para o Reino Unido, pelo principal motivo de migração, de 2007 a 2016 (ano encerrado em dezembro de 2016).



Fonte: Escritório de Estatísticas Nacionais, Migração Internacional de Longo Prazo.

Os cidadãos da UE8⁵ impulsionaram em parte as mudanças com uma queda na imigração (abaixo de 25.000) para 48.000 e um aumento da emigração (até 16.000) para 43.000 em 2016 (ambas mudanças estatisticamente significativas). Isso resultou na menor estimativa de migração líquida (+5,000) para a UE8 desde a adesão à UE em 2004.

Tabela 4- Últimas mudanças na migração líquida, Reino Unido, por cidadania, ano encerrado em dezembro de 2015 e ano encerrado em dezembro de 2016.

	milhares				
	YE Dez de 2015	IC de 95%	YE Dez de 2016	IC de 95%	Diferença
Total	+332	+/- 38	+248	+/- 41	-84 *
britânico	-40	+/- 18	-60	+/- 19	-20
eu	+184	+/- 27	+133	+/- 29	-51 *
(Da qual) EU15	+80	+/- 18	+73	+/- 20	-7
(Da qual) EU8	+46	+/- 14	+5	+/- 14	-41 *
(Do qual) EU2	+58	+/- 15	+54	+/- 14	-4
Não-UE	+189	+/- 20	+175	+/- 23	-14
(Da qual) Ásia	+115	+/- 15	+113	+/- 17	-2
(Do que) Resto do Mundo	+61	+/- 13	+49	+/- 14	-12

Fonte: Escritório de Estatísticas Nacionais, Migração Internacional de Longo Prazo

1. Os agrupamentos de cidadania da UE outros e outros europeus não estão incluídos na tabela.
2. As estimativas de 2016 são provisórias.
3. Os números são arredondados para o milhar mais próximo. Os números podem não somar devido ao arredondamento.
4. Mais informações sobre os intervalos de confiança podem ser encontradas na Informação MSQR para Usuários.
5. YE = encerramento do ano.
6. CI = Intervalo de Confiança
7. Existem 28 países da União Europeia (EU28) em 1 de janeiro de 2017. Para os fins de nossas estatísticas, EU15 juntou-se antes de 2004, EU8 em 2004, EU2 em 2007 e para EU Other, Malta em 2004, Chipre em 2004 e Croácia em 2013.
8. Uma mudança estatisticamente significativa no nível de 5% é indicada por um asterisco.

O principal movimento que liderava a campanha pela permanência do Reino Unido na União Europeia é o *Britain Stronger in Europe*, tendo o então primeiro ministro britânico David Cameron como maior representante. Os argumentos defendidos pelo movimento favorável a permanência são em grande parte de cunho econômico. O Reino

⁵ Países que se juntaram a União Europeia em 2004.

Unido deixaria de ter acesso ao mercado comum para onde exporta mais da metade de seus produtos, as taxas alfandegarias voltariam a ser reintroduzidas afetando além do mercado britânico o comércio mundial, a incerteza gerada pela saída criaria instabilidades nos mercados e afetaria os investimentos diretos e, principalmente, a perda de influência gerada pelo *Brexit* poderia resultar em retaliações e afetar diretamente o comércio britânico.

Na tentativa de conter o *Brexit* o presidente do conselho europeu, Donald Tusk, apresentou um acordo que continha os compromissos desejados pelo Reino Unido. O pacto tinha a governança econômica, a competitividade, a soberania e a imigração como assuntos principais. As “reformas” foram em sua maioria simbólicas, fazendo concessões que já aconteciam na prática. Um ponto que se destaca é o direito de Londres em não integrar o princípio da UE “de união cada vez mais estreita”, ou seja, afastando ainda mais o país do processo de integração (MERDEIROS, Klei e CATTELAN, Pedro, 2016)

Manter a unidade da União Europeia é o nosso maior desafio e, como tal, o objetivo fundamental do meu mandato. É neste espírito que apresento uma proposta para estabelecer um novo quadro para o Reino Unido na UE. Em meu entender, esta proposta vai bastante longe no sentido de dar resposta a todas as preocupações manifestadas pelo Primeiro-Ministro David Cameron. No entanto, há limites que não transpus e que são os impostos pelos princípios em que assenta o projeto europeu. Estou profundamente convicto de que a nossa comunidade de interesses é muito mais forte do que as nossas divergências. Estarmos, ou não estarmos juntos, eis a questão a que tem de ser dada uma resposta, não só pelo povo britânico num referendo, mas também pelos outros 27 membros da UE nas próximas duas semanas. (TUSK, Donald, 2016).

Porém o acordo aumentou ainda mais o acirramento da campanha para um referendo, realizado em 23 de junho de 2016, pedindo a saída do Reino Unido da União Europeia. O *Brexit* era uma promessa da campanha eleitoral de David Cameron, embora se posicionasse a favor da permanência britânica na União Europeia. Como a maioria dos cidadãos britânicos, 51,9% dos votos, optaram pelo *Brexit* David Cameron renunciou.

A primeira consequência ao *Brexit* repercutiu imediatamente no mercado. A libra esterlina atingiu seu valor mais baixo em três décadas, o preço da ação dos títulos caíram e o Reino Unido teve sua nota de crédito rebaixada por agências de classificação de risco.

Em resposta ao referendo britânico para sair da União Europeia, os mercados de ações dos Estados Unidos registraram um movimento maior que o resultante de qualquer eleição presidencial nos últimos 60 anos... a sabedoria convencional parece indicar que a saída da Grã-Bretanha da União Europeia resultará em perturbação econômica que ecoará através do Atlântico. (ERLANGER, Steven, 2016)

Em seu discurso de renúncia, em 24 de junho de 2016, ressaltou que os britânicos tomaram uma decisão muito clara para assumir um caminho diferente e afirmou que o país precisa de uma nova liderança para caminhar nessa direção. Dessa forma, as negociações com

a União Europeia deviam começar com o comando de um novo primeiro ministro cabendo a este tomar a decisão de quando se deve acionar o artigo 50 e começar o processo formal e legal de deixar a União Europeia. Cameron ainda tentou acalmar o mercado financeiro e os três milhões de imigrantes europeus que vivem no Reino Unido, garantindo que as mudanças não serão repentinas: “Asseguro aos mercados que nossa economia é fundamentalmente forte. Não haverá mudanças imediatas na forma como as pessoas viajam e como as mercadorias circulam” (ERLANGER, Steven, 2016).

O artigo 50 que Cameron faz referencia em seu discurso corresponde ao artigo 50 do tratado de Lisboa (2009), cujas clausulas curiosamente foram escritas pelo diplomata britânico John Kerr.

Artigo 50

1. Todo Estado membro poderá decidir, em conformidade com suas normas constitucionais, retirar-se da União. 2. O Estado membro que decidir retirar-se notificará sua intenção ao Conselho Europeu. Às luz das orientações do Conselho Europeu, a União negociará e celebrará com esse Estado um acordo que estabelecerá a forma de sua retirada, levando em conta o marco de suas relações futuras com União. Este acordo será negociado com base na seção 3 do Artigo 218 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. O Conselho o celebrará em nome da União por maioria qualificada, prévia à aprovação do Parlamento Europeu. 3. Os Tratados deixarão de ser aplicados ao Estado de que se trate a partir da data entrada em vigor do acordo de retirada ou, em sua ausência, aos dois anos da notificação a que se refere a seção 2, salvo se o Conselho Europeu, de acordo com dito Estado, decidir por unanimidade prorrogar esse prazo. 4. Por efeito das seções 2 e 3, o membro do Conselho Europeu e do Conselho que representa o Estado membro que se retira não participará nem das deliberações nem das decisões do Conselho Europeu que o afetem. A maioria qualificada será definida com conformidade com a letra b) da seção 3 do Artigo 238 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. 5. Se o Estado membro que se retirou da União solicitar de novo a adesão, sua solicitação será submetida ao procedimento estabelecido no Artigo 49. (TRATADO DE LISBOA (2007, P. 42)

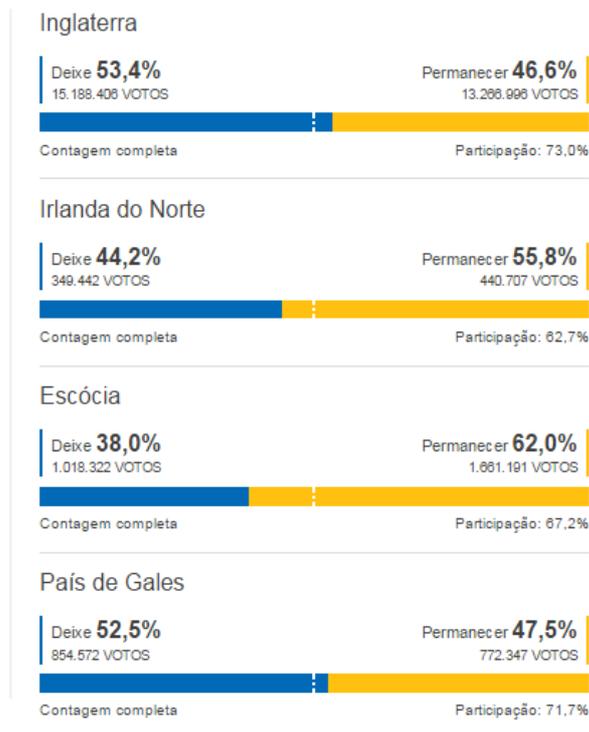
Como observado à cima, o Estado membro que decida retirar-se da União Europeia deve notificar o conselho e será com base nas orientações do conselho que a UE negociará um acordo sobre a saída e as futuras relações entre o bloco e o ex-país- membro. O prazo previsto para a negociação de saída é de dois anos, a menos que o Conselho Europeu, com o acordo do Estado-membro em causa, decida, por unanimidade, prorrogar esse período.

Em 13 de julho de 2016, Theresa May⁶ assume como primeira ministra britânica com a missão de conduzir a saída do Reino Unido da União Europeia. Ativou o artigo 50 em 29 de março de 2017. Em seu discurso mostrou-se muito preocupada com a coesão do Reino Unido afirmando que as negociações serão em nome de um único Reino Unido, mas tendo em conta o interesse de todas as regiões.

⁶ Primeira mulher a assumir o cargo após a era Thatcher, 26 anos depois.

É importante ressaltar que o Reino Unido é um “estado soberano” formado por quatro territórios: Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do norte. Dos quatro apenas os três primeiros formam a Grã-Bretanha. A maioria dos eleitores da Inglaterra e País de Gales votaram a favor da saída do Reino Unido, enquanto que grande parte dos cidadãos da Escócia e Irlanda do Norte se manifestaram por permanecer na UE. Como vemos a seguir:

Grafico 3- votação no Reino Unido



Fonte: BBC.

Com isso, pode-se observar que o Brexit representa mais do que apenas a saída do Reino Unido da União Europeia, é o reflexo de um país dividido. Outra consequência do Brexit é o despertar das chamas dos movimentos separatistas. A crise política é mais forte e perceptível na Escócia. No último referendo escocês, em 2014, o “não” (em percentuais, a vitória foi de 55,3% contra 44,7%) para o separatismo da Escócia do Reino Unido pareceu pôr fim às aspirações de independência do Partido Nacional Escocês (PNE). No entanto, após o *Brexit* a insatisfação escocesa foi tanta que a primeira ministra, Nicola Sturgeon, se manifestou para votar a favor de um novo referendo pela independência do Reino Unido, na sequência do *Brexit*.

Um das razões para a Escócia convocar um novo referendo sobre a independência está relacionada com o "Brexit duro" que Londres planeja. A Escócia esperava poder permanecer ao menos dentro do mercado comum europeu, mas a primeira-ministra britânica Theresa May já anunciou que retirará todo o país desta união econômica e política. Em troca, prometeu a concessão de mais competências para a Escócia. [...] "Tais mudanças não deveriam ser impostas em cima da Escócia", alegou Nicola. "O

povo escocês deveria ter o direito de escolher entre o Brexit ou converter-se em um país independente, capaz de traçar seu próprio caminho e gerar uma verdadeira colaboração com iguais além dessas ilhas”. (QUEIROZ, Augusto, 2017).

O caminho para uma possível separação da Escócia do Reino Unido será longo e improvável. Um dia após o governo britânico dar início ao processo de saída da EU (invocando o artigo 50 do tratado de Lisboa), a Escócia solicitou a Londres a realização de um novo referendo para decidir a independência do Estado. Porém, ao que tudo indica, Theresa May não está interessada em lidar com a saída da UE, ao mesmo tempo em que lida com a desintegração do seu país.

Mesmo que aprove a realização do referendo, tudo indica que o parlamento britânico o adiará tanto quanto possível. “Agora não é o momento de falar de um segundo referendo de independência”, disse May em uma entrevista à agência britânica *Press Association*. May defendeu que com o início das negociações da saída do bloco europeu, o Reino Unido deve se manter coeso para conseguir os melhores resultados. Afirmou também que seria “injusto com as pessoas da Escócia pedir para que tomem uma decisão tão significativa” antes que todos os detalhes do acordo sejam definidos. Já Sturgeon defendeu que o prazo proposto para a realização da consulta, entre o final 2018 e 2019, é suficiente para que os termos do **Brexit** estejam claros. (NUNES, Ângela, 2017)

O sonho da independência escocesa ficou ainda mais distante após as eleições legislativas do Reino Unido, em que o partido de Nicola Sturgeon, SNP, sofreu enormes perdas. Com 21 assentos do Parlamento de Westminster a menos que em 2015⁷ a primeira-ministra escocesa cogitou abandonar os planos de um referendo pela independência do país acreditando ser este o principal fator do recuo no parlamento.

Caso a Escócia consiga a sua árdua missão, a separação seria difícil não só para o Reino Unido, mas para a própria Escócia e outros países da Europa. Primeiramente, sua aceitação na União Europeia não seria imediata e automática, o Estado teria que invocar o artigo 49 do tratado de Lisboa e aguardar como todos os outros Países que mostram interesse de entrar no bloco. Economicamente falando, a Escócia não é autossustentável à longo prazo, o principal trunfo da sua economia é o petróleo, porém possuem uma grande variação nos preços e não apresenta viabilidade econômica. Sem falar que o movimento separatista poderia servir de incentivo para outros processos separatistas como a Catalunha na Espanha, e a Lombardia e a Sardenha na Itália, por exemplo.

Porém, apesar dos impactos imediatos, será necessário algum tempo para determinar uma nova estrutura. O Reino Unido está mergulhado em um cenário de incertezas, pois ainda

⁷ O Partido Nacional Escocês (SNP) obteve nas eleições atuais 35 dos 59 assentos do Parlamento.

que tenha optado pelo *Brexit*, não apresentou qualquer estratégia da saída, ou uma visão mais profunda para relações com a União Europeia.

Não obstante este momento histórico gerar volatilidade no curto prazo nos mercados de capitais é importante observar que o impacto regulatório da referida decisão ocorrerá gradativamente ao longo de um período de, pelo menos, dois anos, enquanto o RU negocia os termos de sua saída. Se, por um lado, nos próximos dias haverá bastantes comentários e especulação sobre o impacto do *Brexit*, ainda levará algum tempo para entendermos todas as implicações sobre talentos, inovação, investimento estrangeiro, redes comerciais e de fornecimento. (McGill, Steve, 2016)

4.2-Desglobalização

Como já observado nos capítulos anteriores, o processo de globalização se configura, principalmente, como um mandato livre conferido ao capital para transitar livremente pelo mundo explorando mão de obra dos países pobres e em desenvolvimento. Após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, predominou a ideia do triunfo do capitalismo liberal e da globalização econômica, e em seguida se presenciou um processo de diminuição progressiva da esfera de ação dos Estados até que o planeta inteiro fosse uma enorme aldeia global, sem fronteiras. No entanto, nos últimos anos, o impacto negativo da globalização em partes muito significativas da população europeia (e dos EUA), voltou a tornar a nação e o nacionalismo atrativos.

Os Estados foram suplantados pelos mercados e subordinaram-se à sua lógica. Num mundo (quase) sem fronteiras, os bens, o capital e a mão-de-obra foram postos a circular livremente. Os governos nacionais, por gosto ou a contragosto, adoptaram boas práticas de governação: leia-se uma governação baseada em ideias (neo)liberais, afastando outras opções políticas. Os resultados são assimétricos. As elites cosmopolitas e as partes da população mais qualificada e adaptada ao mundo (neo)liberal sem fronteiras tiraram benefícios, de maior ou menor grau. Ao mesmo tempo, criou perdedores em massa e um profundo ressentimento, por razões económicas, culturais e demográficas. Para muitos perdedores, o nacionalismo é solução para os seus males, não um problema. A globalização deu novo ímpeto à chama nacionalista. Não vai ser fácil apagá-la. (FERNANDES, José, 2017)

Segundo Fernandes, José (2017) o cenário atual tem características muito similares ao vivido nas décadas de 20 e 30, onde prevaleceram à tendência ao populismo, a xenofobia, ao racismo, as ideologias autoritárias, e a proteção da produção e do emprego nacional, através de barreiras ao livre comércio internacional. Contudo, diferente daquela época, em que as questões territoriais eram as maiores causadoras de conflitos (como exemplo: a Alsácia-Lorena ,disputa entre a França e Alemanha, a região dos Sudetas, disputa entre a Alemanha e

a Checoslováquia, o Trentino-Alto Ádige ou Tirol do Sul ,disputa entre a Itália e o Império Austro-Húngaro e depois com a Áustria), os europeus não são mais os maiores exportadores de população para o mundo, devido a sua enorme dinâmica demográfica. O nacionalismo atual não é movido pela necessidade de expansão territorial ou domínio de outros povos, o que o move agora é a necessidade de controle soberano do seu próprio território e população, excluindo a influência estrangeira. A globalização e as integrações econômicas, principalmente a União Europeia, viraram sinônimos de desemprego e de perda da identidade nacional. Hoje a situação demográfica europeia é oposta aquela dos anos 20-30, a Europa é agora destino de fluxos migratórios de massa do resto do mundo. Na visão nacionalista isso descaracteriza culturalmente a nação e destrói politicamente.

Como o *Brexit*, visto na seção anterior, a eleição dos Estados Unidos é mais um dos muitos exemplos que se pode observar dessa tendência atual a antiglobalização. Com uma campanha desacreditada (contrariando pesquisas e previsões), Donald Trump, foi eleito 45º presidente dos EUA, com o *slogan* “América primeiro”. Após a vitória seu discurso foi carregado do nacionalismo presente em toda sua campanha. Segundo Trump (apud G1, 2016), todos os americanos terão a oportunidade de perceber seu potencial e os homens e mulheres esquecidos dos EUA não serão mais esquecidos, poderão voltar a sonhar com coisas para o país, coisas bonitas e de sucesso novamente. Em outros de seus discursos ele colocou em questão a cooperação econômica com outros países; disse que pretende renegociar acordos de livre-comércio como o Nafta e impedir que o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento ,TTIP⁸, com a União Europeia (UE), sequer se realize. Ele também pretende trazer de volta para os Estados Unidos os postos de trabalho transferidos para a China. A base de apoio do governo de Trump é o *angry white man*⁹, a classe média frustrada americana, que foi quem mais sentiu os efeitos negativos da globalização e do livre comércio, como por exemplo, os operários da antiga próspera região industrial americana, *Rust Belt* (cinturão da ferrugem) que hoje apenas sub existem com empregos de baixíssimos salários.

A França parecia ir pelo mesmo caminho quando Marine Le Pen inaugurou sua campanha pelas eleições presidenciais em 23 de abril de 2016. Com declarações carregadas de conceitos sobre “pátria”, “patriotismo”, “povo estrangeiro”, “soberania”, “segurança” e “liberdade” que combinados resultaram em uma enxurrada de discursos xenofóbicos, Le Pen culpava a

⁸ A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento é uma série de negociações comerciais que se realizam principalmente em segredo entre a UE e os EUA. Como um acordo de comércio bilateral, o TTIP trata de reduzir as barreiras regulatórias ao comércio para as grandes empresas, coisas como legislação em matéria de segurança alimentar, legislação ambiental, regulamentos bancários e os poderes soberanos de países individuais.

⁹ Homem branco zangado.

globalização pelos atentados terroristas que ocorreram na França em 2016 (YÁRNOZ, Carlos, 2017) “Nossos dirigentes escolheram a globalização desregulada, que conduz à financeirização da economia e a uma imigração em massa, o que resulta às vezes no fundamentalismo islâmico”.

Defendeu a expulsão imediata de todos os estrangeiros em situação ilegal, o fim do direito de solo (a nacionalidade automática para quem nasce na França) e o fim do direito ao reagrupamento familiar. Em contrapartida, para preservar os direitos dos franceses, Le Pen pretendia tomar uma série de medidas protecionistas que se resumiam, principalmente, em: recuperação da moeda e das fronteiras nacionais, rompimento de laços com a União Europeia (incluindo a remoção das bandeiras europeias dos edifícios oficiais), sobrecarregar com um imposto de 3% todas as importações, dar preferência às empresas francesas nos contratos públicos e ampliar a ajuda de natalidade aos casais franceses.

Além do mais, pretendia promover uma guerra ao trabalhador estrangeiro na França, estipulando um imposto sobre a contratação de assalariados estrangeiros a fim de proteger o emprego nacional, pedir a anulação imediata das normas da União Europeia sobre trabalhadores desempregados. E por fim às liberdades de comércio, de pessoas (sair da zona Schengen), fluxo de capitais e serviços. Para Le Pen tudo isso seria justificável em nome da soberania e segurança. Sua principal luta seria com os islâmicos. Os islamistas radicais estrangeiros seriam expulsos e as mesquitas com imãs extremistas seriam fechadas. Em relação aos muçulmanos não radicais, embora Le Pen diga defender o laicismo, seria promovido o catecismo da “assimilação”.

Porém em 07 de maio de 2017, a vitória de Emmanuel Macron como presidente da França, aparentemente, adiou os sonhos nacionalistas de Le Pen. A eleição francesa manteve o ideal de uma Europa unida e foi felicitada pelos principais chefes de Estado europeus.

“Viva Macron presidente. Uma esperança se ergue na Europa”, escreveu no Twitter o primeiro-ministro da Itália. [...] Já o porta-voz da chanceler da Alemanha, Angela Merkel, declarou que o resultado na França é a “vitória para uma Europa unida”. Por sua vez, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, deu os parabéns ao candidato do movimento Em Marcha! e disse que os franceses escolheram o “amanhecer europeu”. “Agora juntos por uma Europa mais forte e justa”, acrescentou. Donald Tusk, presidente do Conselho Europeu, principal instância política da UE, afirmou que prevaleceu a “liberdade, igualdade e fraternidade”, lema da República da França, que disse “não” à “tirania das notícias falsas”. (ANSA, 2017)

Hoje, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), uma das principais instâncias decisórias internacionais, possui apenas a minoria de seus políticos

alinhados com os ideais da globalização. Dentre os cinco membros do conselho com poder de veto praticamente todos são adeptos de ideais nacionalistas, com exceção do francês Macron. completam o grupo Trump (EUA), a líder do *Brexit* Teresa May (Reino Unido), o autoritário e expansionista Vladimir Putin (Rússia) e o chefe ditatorial Xi Jinping (China).

A crise dos refugiados é mais um agravante à globalização. A maioria dos migrantes vem da África e do Oriente Médio, fugindo de perseguições políticas e guerras, como a que castiga a Síria desde 2011. Nem todos conseguem chegar ao seu destino final. A travessia é perigosa, feita em embarcações precárias geralmente superlotadas. Os países europeus tem dificuldade de lidar com o enorme fluxo de estrangeiros, o destino de boa parte deles é a Alemanha (país mais próspero da UE) e como aportam, normalmente, pela Grécia ou pela Itália, os estrangeiros têm que passar por diversos países, onde nem sempre são bem-vindos até chegar a Alemanha. Os países que mais impõe barreiras a imigrantes na Europa são a Hungria, Eslovênia e Áustria. Complicando ainda mais a situação, o cenário caótico na Síria e no Iraque permitiu o fortalecimento de organizações extremistas como o chamado Estado Islâmico (EI).

Figura 3- crise dos refugiados



Engana-se quem pensa que o EI é somente mais um movimento religioso, mais do que isso, ele é um movimento terrorista e revolucionário de crítica ao sistema. É por essa configuração que seus discursos articulados se difundem pela internet e conseguem adeptos, que em um primeiro momento não obrigatoriamente tenham ligação com o Islamismo. Por trás do aparato religioso que o envolve, há um discurso sobre a questão do capitalismo moderno, das desigualdades, do racismo, das discriminações em escala mundial e da crise profunda do multiculturalismo.

Diante do que foi exposto, pode-se perceber que as configurações mundiais não são mais as mesmas. Desde a crise econômica global de 2008, as fronteiras dos países estão se

fechando às imigrações e o protecionismo de mercado ganha fôlego. Tudo isso é consequência do que está sendo denominado de desglobalização. Resta saber se as novas tendências comerciais, financeiras, políticas e sociais, contrárias a globalização, marcam uma nova era ou são transitórias.

5. CONCLUSÃO

A princípio o presente trabalho buscou analisar os acordos realizados em Bretton Woods. O ponto mais relevante que se pode tirar de tais acordos foi que a partir deles foram traçadas as configurações atuais do capitalismo. Bretton Woods formalizou os Estados Unidos como o centro da hegemonia financeira, ainda que os outros países reconhecessem tal supremacia há algum tempo, os EUA se recusavam a executá-la devido a sua política externa de não-interferência em questões políticas-econômicas de países europeus. Porém com a adoção do dólar como moeda forte do setor financeiro mundial e fator de referência para as moedas dos outros 44 signatários de Bretton Woods a hegemonia americana estava consolidada. O acordo ainda previa a não menos importante criação de instituições financeiras mundiais que se encarregariam de dar o sustento necessário ao modelo que estava sendo criado, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O neoliberalismo surge como uma forma de resposta à crise que se instaurou na sociedade capitalista a partir da década de 70. Os governos das principais economias desenvolvidas tornam-se incapazes de sustentar o sistema monetário e financeiro internacional constituído no acordo de Bretton Woods, contudo, na prática, o neoliberalismo apresentou taxas de crescimento insignificante, que mesmo com algum crescimento, não se converteram na redução da taxa de desemprego.

Simultaneamente ao desenvolvimento do neoliberalismo surge, no cenário externo dos Estados, a globalização. No entanto, na prática, o global atingiu principalmente o setor financeiro e comercial e a soberania do mercado ultrapassou a soberania dos Estados. Nesse contexto, surgem as integrações econômicas que se realizam através de uma organização internacional com finalidade de cooperação econômica, de orientação supragovernamental, limitada a um determinado território, coincidente com aquele de seus Estados-Membros. A integração econômica que obteve mais êxito até os dias atuais foi a União Europeia. Ela surgiu com o nome de Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, por meio do tratado de Paris e era integrada pela Europa dos seis (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo). De lá pra cá, a União Europeia passou por uma série de tratados e vários alargamentos até se tornar o maior exemplo de um processo de formação de bloco econômico no mundo contemporâneo.

No entanto, em 2016, o Reino Unido convocou um referendo, cujo resultado foi favorável a saída da União Europeia (*Brexit*) e repercutiu em toda a mídia internacionalizada como a possibilidade de ser o início de um processo de retração de integração regional europeia. Porém, como exposto no presente trabalho, o Reino Unido nunca se enxergou

realmente integrado a Europa, exigindo obter regalias sempre que possível, além de ter entrado tardiamente, não adotou o Euro como moeda e estipulou regras próprias em relação a imigração (ao contrário dos membros do *Espaço Schengen*). Diante disso, talvez o maior impacto do *Brexit* na integração Europeia seja a influencia sobre outros membros. Para alguns analistas, o *Brexit* pode ter um final feliz para o restante da Europa, visto que muitas vezes o Reino Unido impedia o aprofundamento da integração do bloco. Após junho de 2016, o conceito da desglobalização (ou desintegração) ganhou forças e passou a ser usado em relação ao esfacelamento dos ideais da globalização econômica. Pode perceber que o *Brexit* não era um acontecimento isolado, mas sim o reflexo de um sentimento maior que vem crescendo em diferentes nações, principalmente, após a crise financeira global de 2008. Sentimento este de que, entre outras coisas, a globalização prejudica a manutenção da identidade cultural de cada país. O protecionismo e o isolacionismo parecem uma tendência bem como a ascensão política de grupo nacionalistas (seja de extrema direita, seja de extrema esquerda).

A questão-problema levantada por esse trabalho era sobre a possibilidade do fim da globalização, diante do que foi exposto, se percebe que as configurações mundiais não são as mesmas do período de globalização profunda, onde prevaleciam os pressupostos que com o fim da guerra fria o Estados Unidos alcançariam o status de hiperpotência, o mundo viveria uma era em que as democracias e o livre mercado caminhariam no mesmo sentido e se organizariam em blocos econômicos regionais, com a União Europeia sendo o caso mais emblemático e a ascensão econômica da Ásia era liderada pelo Japão. No entanto, os parâmetros do cenário atual são bem diferentes, com conflitos e tensões em multiplataformas (ciber-vandalismo, terrorismo), o EUA assolado por uma onda isolacionista-populista comandado por Trump, a ascensão da Ásia liderada pela China e o estancamento das dinâmicas de integração regional e o ressurgimento do Estado-nação como protagonista. Resta saber se as novas tendências contrarias a globalização, marcam uma nova era ou são transitórias.

REFERÊNCIAS

ANSA. (2017) **União europeia exulta com vitória de Macron na França**. Disponível em: < <http://istoe.com.br/uniao-europeia-exulta-com-vitoria-de-macron-na-franca/> >. Acesso em: 26 jun. 2017

APPS, Peter. (2016) **referendo da UE: declaração completa de Michael Gove sobre por que ele está apoiando Brexit**. Disponível em: < <http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/eu-referendum-michael-goves-full-statement-on-why-he-is-backing-brexit-a6886221.html> > Acesso em: 24 jun. 2017

ARLINDENOR, Pedro. (2016) **Precisamos entende-se a um lado que apoiou o Brexit**. Disponível em: < <https://arlindenor.com/2016/06/25/precisamos-entender-a-esquerda-que-apoiou-o-brexit-zizek/> >. Acesso em: 24 jun. 2017.

BADIE, Bertrand (2016) **"Brexit" ou cinco armadilhas da associação**. Disponível em: < <http://theconversation.com/brexit-ou-les-cinq-pieges-de-lassociation-61618>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BAUMAM, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano & GONÇALVES Reinaldo. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOUILLAUD, Christophe. (2016) **Os europeus estão votando errado**. Disponível em: < <https://bouillaud.wordpress.com/2016/06/26/les-europeens-votent-mal/> > Acesso em: 22 jun. 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Globalização e neoliberalismo: os mitos de uma (pretensa) nova sociedade**. IN: MALAGUTI et. al.(Org.). A quem pertence o amanhã?. São Paulo: Loyola, 1997.

CARRELL, Severin (2016) **UE referendo**. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/politics/live/2016/jun/15/eu-referendum-live-osborne-punishment-budget-farage-flotilla-thames> >. Acesso em: 24 jun. 2017

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996

CONFAVREUX, Joseph. (2016) **O Brexit pode ser um choque salutar** Disponível em: < <https://www.mediapart.fr/journal/international/250616/chantal-mouffe-le-brexit-peut-constituer-un-choc-salutaire> >. Acesso em: 22 jun. 2017.

CONFERENCIA DE ESTORIL.(2017) **Farrage's brexit vs assis 'eu** . Disponível em: < <http://www.estorilconferences.org/pt/news-articles/o-brexit-de-nigel-farage-vs-ue-de-francisco-assis> >. Acesso em: 24 jun. 2017.

CONSELHO EUROPEU. **Negociações prévias ao referendo no Reino Unido sobre a UE.** Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/uk/2016-uk-settlement-process-timeline/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo.** Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique. **O Neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana.** IN: CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada.** São Paulo: Boitempo Editora, 2005.

EIGD (2016) **Brexit, O que é?** Disponível em: <<http://www.estorilconferences.org/pt/node/1459>> Acesso em: 15 jun. 2017

ERLANGER, Steven. (2017) **Britain Votes to Leave E.U.; Cameron Plans to Step Down.** Disponível em:< <https://www.nytimes.com/2016/06/25/world/europe/britain-brexit-european-union-referendum.html>> Acesso em: 16 jun. 2017.

EUR-LEX. **Tratados atualmente em vigor.** Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/collection/eu-law/treaties.html> >. Acesso em: 26 jun. 2017.

FERNANDES, José. (2017) **O nacionalismo contra uma globalização.** Disponível em: < <https://www.publico.pt/2017/02/24/mundo/noticia/o-nacionalismo-contra-a-globalizacao-1763181> >. Acesso em: 26 jun. 2017

FIORI, J.L. **O Poder Global.** São Paulo: Boitempo, 2007.

FLOR, Daniela. (2017) **Brexit: entenda o artigo 50 e como será a saída da UE.** Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/mundo/brexit-entenda-o-artigo-50-e-como-sera-a-saida-britanica-da-ue/> >. Acesso em: 26 jun. 2017.

G1 (2016) **Íntegra do discurso de Donald Trump, novo presidente dos EUA.** . Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/integra-do-discurso-de-donald-trump-novo-presidente-dos-eua.html> >. Acesso em: 16 jun. 2017

GOWAN, Peter. **A Roleta Global.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

LICHTENSZTEJN, Samuel e BAER, Mônica. **FMI e BIRD: Estratégias do poder financeiro.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

MCGILL, Steve. (2016) **O que o Brexit realmente significa?** Disponível em:<http://misasi.com.br/aon-brasil/theonebrief_brexit584177.pdf> Acesso em: 20 jun. 2017.

MEDEIROS, M. de A. **Um exercício comparativo entre a União Europeia e o Mercosul.** Revista de Ciencias Sociales. Departamento de Sociología. Año XV / N° 20 ~ Junho 2002

MERDEIROS, Klei e CATTELAN, Pedro.(2016) **O significado e os reflexos do BREXIT.** Disponível em:< <https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/09/Medeiros-Cattelan-Significado-Brexit.pdf> > Acesso em: 10 jun. 2017.

MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

MONTENEGRO, Raul. (2016) **O mundo sem diálogo**. Disponível em: < <http://istoe.com.br/o-mundo-sem-dialogo/> >. Acesso em: 20 jun. 2017.

NUNES, Angela. (2017) **Independência da Escócia é improvável**. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/mundo/independencia-da-escocia-e-improvavel/> >. Acesso em: 13 jun. 2017.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **Relatório trimestral das estatísticas de migração: maio de 2017**. Disponível em: < <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/bulletins/migrationstatisticsquarterlyreport/may2017> >. Acesso em: 25 jun. 2017.

OLIVEIRA, Antônio. (2010) **A formação de blocos regionais para a integração e o desenvolvimento no contexto da globalização: o caso da União Européia (UE) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)**. Disponível em: < <http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/1552013094603.pdf> > Acesso em: 20 mai. 2017.

QUEIROZ, Augusto. (2017) **Parlamento escocês aprova referendo sobre independência do país do Reino Unido**. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-03/parlamento-escoces-aprova-referendo-sobre-independencia-do-pais-do> >. Acesso em: 15 jun. 2017.

RFI. (2016) **Brexit:Le royaume-uni, filho aposentado suflê**. Disponível em: < <http://www.rfi.fr/europe/20160623-royaume-uni-le-vote-contre-le-brexit-s-annonce-serre> >. Acesso em: 24 jun. 2017.

ROBERTS, Dan. (2017) **Donald Tusk diz que a oferta de maio nos cidadãos da ue está "abaixo das nossas expectativas"** - como aconteceu . Disponível em: < <https://www.theguardian.com/politics/live/2017/jun/23/merkel-says-mays-offer-on-eu-citizens-is-a-good-start-live-updates> > . Acesso em: 25 jun. 2017.

RUIC, Gabriela. (2016) **A ressaca da Brexit: o mundo pode esperar uma catástrofe?** . Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/mundo/a-ressaca-da-brexit-o-mundo-pode-esperar-uma-catastrofe/> >. Acesso em: 22 jun. 2017.

SCHOSSLER, Alexandre (2016). **Zeitgeist: uma longa luta do Reino Unido para entrar na UE**. Disponível em: < <http://www.dw.com/pt-br/zeitgeist-a-longa-luta-do-reino-unido-para-entrar-na-ue/a-19343540> >. Acesso em: 10 jun. 2017.

TURRER, Rodrigo. (2016) **Francis Fukuyama: "há chance de o reino unido se esfacelar"** . Disponível em: < <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/06/francis-fukuyama-ha-chance-de-o-reino-unido-se-esfacelar.html> >. Acesso em: 24 jun. 2017.

TUSK, Donald. (2016) **Carta do Presidente Donald Tusk aos membros do Conselho Europeu sobre a sua proposta de um novo quadro para o Reino Unido na União Europeia**. Disponível em: < <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/02/02-letter-tusk-proposal-new-settlement-uk/> > Acesso em: 25 jun. 2017.

UNIAO EUROPEIA. **Portal de dados abertos da união europeia**. Disponível em: < <https://data.europa.eu/euodp/pt/data/> >. Acesso em: 25 jun. 2017.

YÁRNOZ, Carlos **Le pen inicia campanha na França com discurso xenófobo e protecionista**. Disponível em:< https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/05/internacional/1486311781_647565.html > Acesso em: 19 jun. 2017.

WILLIAMS, Lee. (2015) **O que é TTIP? E seis razões pelas quais a resposta deveria assustá-lo** Disponível em: < <http://www.independent.co.uk/voices/comment/what-is-ttip-and-six-reasons-why-the-answer-should-scare-you-9779688.html> >. Acesso em: 26 jun. 2017.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da guerra fria à crise (1945-1992): as relações internacionais contemporâneas**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

WACHTEL, Howard. **Os mandarins do dinheiro: as origens da nova ordem econômica supranacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.